

BEATRIZ KEIKO MIYASATO DE SOUZA

**A ORGANIZAÇÃO DE UM CURSO DE ODONTOLOGIA: A
RELAÇÃO ENTRE O IDEAL E O FORMAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE – MS
2003**

BEATRIZ KEIKO MIYASATO DE SOUZA

**A ORGANIZAÇÃO DE UM CURSO DE
ODONTOLOGIA: A RELAÇÃO ENTRE O IDEAL E O
FORMAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação Escolar e Formação de Professores

Orientadora: Prof^a Dr^a Helena Faria de Barros

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE – MS
2003**

**A ORGANIZAÇÃO DE UM CURSO DE ODONTOLOGIA:
A RELAÇÃO ENTRE O IDEAL E O FORMAL.**

BEATRIZ KEIKO MIYASATO DE SOUZA

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Helena Faria de Barros

Profª Drª Adir Casaro Nascimento

Profª Drª Leny Rodrigues M. Teixeira

DEDICATÓRIA

À minha mãe e aos meus irmãos, que com amor me deram incentivos para que essa caminhada tornasse possível.

Ao meu amado esposo Augusto, que soube aceitar com amor as minhas ausências, e ao mesmo tempo apoiar nesta jornada.

Aos meus filhos Augusto e Katlin, fontes inspiradoras, para realização de todos os sonhos.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que com a sua imensa graça e sabedoria, permitiu a elaboração deste trabalho.

Ao Prof^o Dr. Frei Alfredo Sganzerla, que com amizade e carinho, me acompanhou nesta jornada.

A minha Orientadora Dr^a Helena Faria de Barros, pela amizade, acolhida e muita dedicação para que este trabalho fosse concluído.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente me deram apoio nesta jornada.

“Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como o bronze que soa, ou como o címbalo que retine. Mesmo que eu tivesse o dom da profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda ciência; mesmo que eu tivesse toda a fé, a ponto de transportar montanhas, se eu não tiver caridade, não sou nada. A caridade é paciente, a caridade é bondosa. Não tem inveja. Não é arrogante. Não busca os seus próprios interesses, não se irrita, não guarda rancor. Não se alegra com a injustiça, mas se rejubila com a verdade. Tudo desculpa. Tudo crê. Tudo suporta. A caridade Jamais acabará.”

Coríntios 13,1-8.

SOUZA, Beatriz Keiko Miyasato de. *A organização curricular de um curso de Odontologia, um estudo de caso*. Campo Grande, 2003. 82 p. Dissertação (mestrado). Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar a organização curricular do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Esse grande objetivo se desdobrou em :1) Identificar aspectos da elaboração do Projeto Político Pedagógico do curso; 2) Comparar aspectos da organização curricular do curso com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Odontologia do MEC , Parecer nº CNE/CES 1300/01 quanto: 2.a) Ao perfil profissional e a concepção de Odontologia implícita ou explícita por ele; 2.b) A estruturação curricular apresentada com apoio na indicação dos múltiplos setores (ou áreas) do saber científico apresentados por Lafourcade. Com base o problema objeto da pesquisa, os objetivos fixados para ela a partir desse problema e análises feitos em relação ao currículo do Curso de Odontologia da UFMS, Percebemos, que a estrutura curricular da Odontologia da UFMS tem como fundamento o paradigma técnico-linear; não há explicitação da concepção de Odontologia adotada no curso, apresenta estrutura fragmentada das disciplinas; quanto a organização curricular, a necessidade de um equilíbrio entre os setores do curso parece se evidenciar; a carga horária que conforme a Resolução é deficiente, pois o curso apresenta 3.960 h.

PALAVRAS -CHAVE: Currículo, projeto Político Pedagógico, estrutura curricular.

SOUZA, Beatriz Keiko Miyasato de. The organization of the group of subjects of a course of Dentistry, a case study. Dissertation (master's degree). Education.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the group of subjects organization of UFMS's Dental School. This main objective was extended in two others: 1) Identify characteristics on pedagogic political project elaboration; 2) Compare some of its aspects to national Guidelines of Graduation in Dentistry, as recommended by Culture and Education Ministry (MEC), counsel, advice # CNE/CES 1300/01, related to professional profile and concept of Dentistry, implicit or explicit, and curricular structure, supported by multiple areas of scientific knowledge, as presented by Lafourcade. Based on research's object problem and its objectives established, analysis of group of subjects organization of UFMS's Dental School indicated that curricular structure is founded on technical-linear paradigm; the concept of Dentistry adopted isn't explicit, with an fragmented structure of disciplines; About group of subjects organization, it was evidenced the necessity of equilibrium between different sections. According to MEC's recommendations, time load is insufficient, with only 3,960 hours.

Key-words: curriculum, pedagogic political Project, group of subjects structure.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Disciplinas do setor de Formação Político- Social.....	65
Quadro 2- Disciplinas do setor de Formação Geral.....	66
Quadro 3- Disciplinas do setor de Formação Específica Básica	66
Quadro 4- Disciplinas do setor de Formação metodológica instrumental.....	67
Quadro 5- Disciplinas do setor de Formação Prática	67
Quadro 6- Disciplinas do setor de Formação Específica Orientada	68
Quadro 7-Quadro geral dos setores do saber específico da Odontologia, segundo a análise dos setores de Lafourcade.	68

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: A ODONTOLOGIA, UMA CIÊNCIA.....	17
1.1 Aspectos sociais da odontologia.	17
1.2 Aspectos históricos da odontologia no Brasil	21
CAPÍTULO 2: CONSIDERAÇÕES SOBRE CURRÍCULO.....	27
2.1 Paradigma tradicional ou técnico-linear.....	29
2.2 Paradigma circular consensual.....	30
2.3 Paradigma dinâmico-dialógico.....	32
2.4 Hibridismo curricular	33
2.5 A organização curricular e o projeto pedagógico de um curso.....	37
2.5.1 A avaliação das condições do curso	36
2.6 O projeto político pedagógico	39
2.7 Programa	42
CAPÍTULO 3: O PROFESSOR COMO ARTICULADOR DO CURRÍCULO: DO PONTO DE VISTA IDEAL	45
CAPÍTULO 4: METODOLOGIA.....	52
4.1 Metodologia adotada na pesquisa	52
4.2 Abordagem metodológica.	53
4.3 Procedimento da coleta de dados	53
4.4 Procedimentos de análise dos dados	54
CAPÍTULO 5: EXAME DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	55

5.1 História do curso de odontologia da UFMS	55
5.2 O projeto político pedagógico do curso	57
5.2.1 Principais atividades desenvolvidas pelo curso	57
5.2.2 Situação e área do curso	58
5.2.3 Autorização	58
5.2.4 Reconhecimento CFE.....	58
5.2.5 Avaliações efetuadas pelo MEC – Provão	58
5.3 Infra estrutura	58
5.3.1 Núcleo de Odontologia (NOD)	58
5.3.2 Policlínica Odontológica da "Mata do Jacinto"	59
5.3.3 Policlínica de Pacientes Especiais e de Risco – Centrinho	59
5.3.4 Hospital Odontológico	59
5.3.5 Novo Prédio da Odontologia.....	60
5.4 Justificativa, concepção do curso	60
5.4.1 Concepção	61
5.4.2 Finalidade.....	61
5.4.3 Objetivos Gerais	61
5.4.4 Objetivos Específicos	62
5.5 Organização do curso de odontologia	63
5.5.1 Objetivos gerais	64
5.5.2 Objetivos específicos.....	64
5.6 Análise da estrutura curricular do curso de odontologia da UFMS segundo Lafourcade.....	65
 CAPITULO 6: EXAME DOS DADOS	 70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS	78
ANEXOS	82

INTRODUÇÃO

No campo da Odontologia, da mesma forma como em outros campos da saúde, a organização curricular não tem se constituído objeto de investigação por parte dos profissionais da área. O que se constata, através de uma observação mais atenta sobre o funcionamento do curso, é de que há poucos estudos, discussões e produção de artigos com esse enfoque, além de pouca participação dos envolvidos nos momentos de montagens e revisão dos cursos.

Zabala (2002) afirma também que a organização dos conteúdos é tema pouco estudado nos cursos de formação de professores em geral. Os cursos de Odontologia que se organizam para a formação acadêmica específica e não para a formação didático-pedagógica, mesmo quando o dentista trabalha como professor. Cuidar de assuntos relacionados ao ensino é tarefa para a qual os odontólogos são lançados sem o devido preparo, tendo que aprender a fazê-lo na e com a prática e quase sempre por ensaio e erro.

Na área odontológica, do mesmo modo que em outras, a organização curricular não tem sido o resultado de um trabalho coletivo, não é vista como de interesse de todos os envolvidos no curso, sendo, quase sempre, elaboração de alguns poucos dirigentes. Assim, a organização curricular, ou seja, a organização dos conteúdos de ensino ou o planejamento do projeto político pedagógico do curso não tem sido prática

coletiva nas escolas não só do Ensino Básico como também do Ensino Superior. Poucas pessoas se responsabilizam por fazê-lo. Não se tem percebido a importância do envolvimento de todos os professores no planejamento do curso em que trabalham e o quanto esse envolvimento faria crescer na compreensão dos objetivos do curso e na percepção de responsabilidades de todos os docentes, assim como no valor de cada disciplina na formação do profissional desejado.

Por isso, o projeto político pedagógico, documento que expressa as opções pedagógicas e a orientação didática que se deseja imprimir à formação dos futuros profissionais e no qual se define o perfil do profissional desejado, a estrutura curricular a ser vencida pelos discentes, a direção metodológica a ser dada ao ensino, a concepção, formas e meios de avaliação a adotar, na maior parte das vezes, tornam-se desconhecidos pelos docentes responsáveis por essa formação.

Por outro lado a organização curricular, do curso de Odontologia deve ser pensada de modo a possibilitar a formação de um profissional capaz de trabalhar nas áreas cobertas pelo curso e de oferecer atendimento à população, principalmente, àqueles que agora elegem cuidados à saúde como um direito.

Entendemos assim que o profissional da Odontologia deveria estar apto a atuar não apenas em grandes centros uma vez que o curso favorece um certo elitismo, mas trabalhar em serviços socializados e populares, com produtividade e qualidade, além de ser treinado para trabalhar em equipes interdisciplinares.

A resolução nº 03 CNE/CES, de 19/02/02, do Conselho Federal de Educação e Comissão do Exame Nacional de Cursos para Odontologia recomendam estudo e revisão da estrutura curricular dos cursos e sugerem a definição de habilidades e conteúdos que deverão se articular para a formação de um perfil de egresso adequado aos objetivos acadêmicos e sociais do curso.

No momento os cursos de graduação, não só da área de Odontologia, estão empenhados numa revisão, numa re-estruturação da organização curricular de modo a imprimir um caráter mais social, mais voltado para a qualidade de vida da

população, menos técnico e mais condizente com os progressos científicos e tecnológicos da área e das exigências do mercado de trabalho

Acreditamos que o próprio processo histórico da formação profissional do dentista, e a necessidade da revisão periódica dos currículos e programas de ensino nos convocam à reflexão de como o ensino da Odontologia deve ocorrer para alcançar, com a prática, maior impacto social. Sente-se a necessidade da adequação curricular à transformação de realidades humanas complexas, como da saúde bucal, sobretudo referente às classes sociais menos favorecidos.

É preciso que o profissional formado, hoje, tenha a visão defendida por Cachapuz (1997), de que as ações humanas de pesquisador, de professor, ou as específicas sejam modelos pelos quais os sujeitos concebem e intervêm na realidade. A estrutura curricular de qualquer curso superior, e com maior razão o de odontologia pela sua natureza, deve possibilitar tal compreensão sendo esta a função social essencial de todo o curso.

Um outro forte motivo que levou-nos à presente pesquisa foi a nossa reação frente aos resultados dos estudos como os de Carvalho (1995), que ao analisar as relações entre os cursos de Odontologia e o exercício profissional na região da alta noroeste do Estado de São Paulo (local onde se encontram duas tradicionais Faculdades de odontologia do país), concluiu que os cursos de Odontologia apresentavam características muito específicas. Além disso constatou que a prática profissional mantém a tônica de exercício liberal em um país que atravessava rápidas mudanças e exigências sociais frente às sérias deficiências na área de saúde. Esse pesquisador enfatizou a relação entre a evolução histórica da profissão, o ensino da odontologia e questões curriculares, a relação entre expectativas de ensino, prática da profissão e mercado de trabalho e defendeu a pertinência do fortalecimento do conselho de curso em nível de graduação e a implementação de projeto pedagógico visando ter um profissional a trabalhar de modo eficiente.

Vários autores identificam diversas e diferentes formas de conceituar currículo: o currículo ideal, o que um grupo de especialistas propõe como desejável; currículo formal, prescrito por uma instituição normativa; currículo operacional, que representa o que de fato ocorre nas salas de aula; currículo percebido, que explicita as ações dos professores e o porquê de sua ação, segundo sua percepção e o currículo experienciado, que é a percepção e reação que os alunos têm do que está sendo oferecido pela escola Messik (1980) (*apud* GERALDI; 1994).

O presente trabalho consistiu na análise de Organização curricular do Curso de Odontologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, compreender o estudo da relação entre o ideal e o forma no curso frente às mudanças sugeridas pelo ministério de Educação e Desporto.

Num momento em que a Escola se prepara para uma revisão da estrutura e objetivos do curso, pretendemos aprofundar o estudo de desenvolvimento do currículo para melhor participar das reuniões de reestruturação e até mesmo para poder oferecer subsídios a essa reformulação.

A presente demonstração foi estruturada da seguinte maneira:

O primeiro capítulo trata de refletir sobre o significado e a importância da Odontologia hoje, desde que é entendida como ciência aplicada e voltada ao social..

O segundo capítulo trata de explicitar o significado e a importância do Conceito: Currículo, pois esse estudo consiste numa análise da estrutura curricular de um curso de Odontologia e de estudos que contribuem para a elaboração dos currículos plenos dos cursos de graduação.

O terceiro capítulo apresenta o professor como articulador do currículo, como agente fundamental para a formação do profissional na área de saúde e em especial no curso de Odontologia.

O quarto capítulo apresenta os caminhos percorridos para alcançar o objetivo proposto nesse estudo.

O quinto capítulo apresenta o exame da organização curricular do Curso de graduação em Odontologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

**sexto capítulo apresenta exame dos dados obtidos
Algumas considerações finais completam o trabalho.**

CAPÍTULO 1 – A ODONTOLOGIA, UMA CIÊNCIA

Esse capítulo apresenta reflexões sobre o significado e a importância da Odontologia hoje, desde que ela é entendida como ciência aplicada e voltada ao social. Essa discussão, na pesquisa, serviu de contexto como pano de fundo para a compreensão e análise da organização curricular do curso estudado.

1.1 ASPECTOS SOCIAIS DA ODONTOLOGIA.

Sá-Chaves (2000) chama a atenção para o fato de que o agir do profissional tem muito a ver com a sua forma de pensar, pois concepções ou formas de pensamento orientam sempre o fazer.

Para essa autora, falar em melhoria da qualidade profissional não significa apenas identificar e acrescentar mais algumas competências a um já quase interminável inventário de tipos e níveis delas. A melhor qualidade advém de uma radical mudança da abordagem conceitual desta problemática. Esta questão é crucial e tem a ver com os paradigmas que apoiam, controlam as convicções e dão sentido e coerência ao conhecimento profissional em cada campo específico de atuação.

Nos Estados Unidos, devido ao grande desenvolvimento econômico por que passava o país no séc. XIX, dado que as instituições e regulamentações até

então ainda não se tinham formalizado, a odontologia inicia um caminho próprio, em separado da Medicina, através de nova profissão - a de dentista. Aconteceu aí a transformação do cirurgião-dentista (ligado à medicina) em dentista (profissional Odontólogo), surgindo então uma nova profissão.

Duas concepções orientam o fazer profissional da odontologia hoje, dando respaldo “aos porquês” e às argumentações que se apresentam como justificativas de seus atos e que são frutos de uma evolução que começou com a separação da Medicina. Uma é a concepção de Odontologia como ciência, apenas biológica, que determina ações curativas e de evitar a dor. Outra, a concepção, a de ciência social aplicada e que leva às ações de prevenção, principalmente, em se tratando da preocupação com a qualidade de vida, com os efeitos da mastigação para o paciente e com a estética.

Essas duas concepções, biológica e social, se sucederam historicamente, fizeram parte de um movimento histórico específico em que o já se dispor de um relativo conhecimento e domínio técnico sobre os dentes no interior da Medicina, contribuiu para a sua viabilização. Houve assim um afastamento da Medicina, como “saber mãe”, repercutindo sobre o desenvolvimento tecnológico da odontologia e que passou a ter como objeto específico os dentes e, mais especificamente, a arcada dentária.

Novaes, H.M.D. (*apud* BOTAZZO, 2000), apresenta historicamente como essas concepções se firmaram. No início do séc.XIX, quatro tipos de práticos cuidavam dos dentes da população moradora nas grandes cidades e da que ocupava áreas pouco habitadas e de difícil acesso: 1) a própria pessoa (baseada nas recomendações registradas nos inúmeros textos publicados para este fim), 2) o médico local, 3) os cirurgiões especialistas e 4) os “práticos” itinerantes, cada qual cuidando de segmentos sociais específicos.

A prática odontológica desenvolvida favorecia uma concepção e uma prática de saúde bucal, como sendo de preferência a de extração maciça e substituição posterior por prótese. Eliminando-se o sintoma da doença, através da extração, devolvia-se a condição normal de não sentir dor, mas se instalava a anormalidade por falta de dentes, que poderia ser substituídos por uma prótese, voltando a pessoa a ser aceita como normal e social.

Assim, até o séc. XIX as teorias e práticas médicas (e odontológicas) foram adequadas para atender demandas da sociedade e do Estado absolutista, mas a Revolução Industrial passou a exigir um outro modelo de prática médica, informada pelo paradigma da ciência moderna e por novas teorias sobre o processo saúde-doença.

As idéias dos autores citadas por Botazzo (2000) estão a seguir descritas:

Marsigliain descreve que, a começar pelos Estados Unidos, a percepção e a preocupação com o caráter social da saúde se manifestaram no fim do Século XIX, início do séc. XX, e acentuaram-se após a Segunda Guerra Mundial com conseqüências importantes para a constituição do campo de conhecimento e práticas

médicas preventivas. Mas a emergência da bacteriologia colocou em segundo plano a discussão da relação entre as condições sociais e a saúde adiando a incorporação do saber sobre o social na formação do profissional para a área de saúde.

Abraham Flexner, educador formado pela Universidade de John Hopkins, em 1910, preparou um relatório sobre situações de diversas escolas médicas do país (Estados Unidos). Baseando-se na qualidade da escola médica européia, especialmente a alemã, Flexner deu ênfase à formação de uma elite profissional e recomendou o fechamento de 124 escolas das 155 existentes nos Estados Unidos. Os objetivos básicos que as escolas de Medicina deveriam perseguir na reforma do ensino, segundo ele, eram:

- Proporcionar uma sólida formação em ciências básicas durante os dois primeiros anos, através das disciplinas como Anatomia, Fisiologia, Bioquímica, Patologia, Histo-embriologia e Bacteriologia.
- dar ênfase à aprendizagem intra-hospitalar e, para tanto, as escolas e universidade deveriam criar seu próprio hospital de ensino, para que o aluno tivesse um treinamento sistemático no contato com diversos casos clínicos, mas sendo supervisionado pelo professor.

Para Berliner (1975) o modelo flexneriano influenciou todas as áreas do conhecimento da saúde nos Estados Unidos e, os problemas de origem social que exigiam soluções políticas foram transformados em problemas de ciência, exigindo soluções técnicas...; difundindo, assim a idéia de que a ciência poderia resolver qualquer problema, negando-lhe a causalidade social da doença.

Para King (1984) nessa concepção de ensino, o bom aluno de medicina (portando, de Odontologia) deveria estar preocupado com as observações precisas de química, física e biologia e aqueles que demonstrassem maior interesse pelas informações sociais, ou “humanitários”, deveriam ser considerados como portadores de sérias deficiências de formação profissional.

Em 1920, Dawson indica um novo modelo de pensamento para os profissionais da saúde, o modelo Dawsoniano, influenciado pela tradição inglesa da legislação de proteção aos pobres e à saúde pública. Surgiu outro caminho que enfatiza a necessidade de reorganização dos serviços de saúde para o atendimento a todas as classes sociais e a importância da formação profissional adequar-se a esse processo.

Para Dawson, os serviços de saúde ingleses deveriam ser reestruturados partindo-se de cinco princípios:

- Estado deveria ser provedor e controlador das políticas de saúde;
- todos os esforços deveriam ser coordenados e o trabalho em equipe

- deveria ser desenvolvido nos serviços de saúde;
- casos agudos deveriam ser diagnosticados e tratados em instituições especialmente designadas para isso;
 - a medicina curativa e a medicina preventiva deveriam estar integradas, tanto na organização de serviços de saúde como na educação médica;
 - a formação médica não deveria se dar apenas nos hospitais de ensino especializado, pois os médicos generalistas deveriam exercer funções junto ao indivíduo e à comunidade.

A influência desses movimentos de medicina curativa e de medicina social também pode ser percebida nas críticas feitas à formação oferecida pelas faculdades de Odontologia: a ênfase no caráter curativo e individual em detrimento do caráter preventivo e coletivo, o distanciando da realidade de Saúde Bucal no país, falta de preocupação com a cobertura das necessidades da maior parte da população; não abordagem do paciente como um todo psicossocial, não focar, com o aluno, no relacionamento profissional/paciente, o paciente como uma pessoa e sim como uma “doença ou um doente”.

A formação dos profissionais de saúde sempre supôs a formação de uma dessas atitudes em relação à odontologia; ciência biológica ou ciência social aplicada. A seleção, organização e articulação das disciplinas de um curso refletem sempre, enfatizam uma ou outra concepção. É possível pela orientação dada aos cursos de odontologia, constatar quais dessas concepções subjazem a estrutura curricular e orientam o preparo dos profissionais.

1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ODONTOLOGIA NO BRASIL

O exercício da “*Physica*”, ou uso de medicamentos, e da cirurgia foi regulamentado pelo então Rei de Portugal. Por volta dos séculos XV e XVI, e regulamentava também exercício de barbeiro (prático em extração dentária).

Em 12 de dezembro de 1631, o “Regimento do ofício de Cirurgião-mor” que penalizava, com multas, as pessoas que “tirassem dentes” e o “Regimento do cirurgião substituto das Minas”, de 09/05/1743, regulamentou as taxas para as pessoas que tirassem dentes Carvalho (1994), concorda com Salles Cunha que afirma que essa lei licenciou Tiradentes, o “proto-mártir da nossa independência”.

O documento “Plano de exames da junta Proto-Medicato”, de 17 de junho de 1782, incluiu sangradores e dentistas e nele apareceu escrito, pela primeira vez, o termo “dentista”. O Proto-medicato era uma “junta perpétua” que fiscalizava o exercício de qualquer atividade ligada à “arte de curar”, e os práticos geralmente eram pardos, analfabetos. O exercício da profissão não tinha nenhuma ligação com o prestígio social da época “, segundo Schwatzen (1979), (*apud* CARVALHO,

1994).

Somente em 1808, foram criadas a Escola de Cirurgião no Hospital São José, na Bahia e a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica no Hospital Militar e da Marinha, no Rio de Janeiro, com a transferência da família real portuguesa para o Brasil. Ou seja, a partir de 1808, a prática dessa ciência passou a exigir maior qualificação profissional, teórico-metodológica.

No ano de 1811 foi expedida a primeira carta sobre “profissão de tirar dentes” e nesse sentido Salles Cunha, (*apud* CARVALHO, 1994), comentou em seu estudo “quão rudimentar deveriam ser os conhecimentos dos dentistas, sem escolas, sem cursos, pois nada lhes era exigido, sequer o saber ler para conseguir a carta da profissão de tirar dentes”. Relatou também que, em 1820, a Casa Imperial teve o primeiro dentista, Eugênio Frederico Guertin, diplomado pela Faculdade de Paris e que pela primeira vez um verdadeiro artista, sem vexame, usou o tão depreciado título de dentista.

O primeiro dentista que atuou no Brasil, de que se tem notícia, era formado nos Estados Unidos, chamava-se Clinton Van Tuyl, e em 1849 estabeleceu-se na cidade do Rio de Janeiro. Em 1849 esse dentista publicou o “Guia dos dentes sãos”.

Somente o decreto de 16 de agosto de 1851 levou o Estatuto das Faculdades de Medicina a prever um exame para dentistas, que seria realizado por bancas constituídas por médicos muitas vezes sem conhecimentos sólidos da matéria específica. Esses dentistas não possuíam conhecimentos científicos, pois a sua aprendizagem se fazia em ambientes extra-faculdades, com dentistas sem nenhum preparo básico, pois naquela época para exercer a função bastava apresentar “documentos que provassem a sua moralidade” – uma realidade de formação considerada muito rudimentar por Salles Cunha (1931) (*apud* CARVALHO, 1994).

O decreto nº 1764, de 14 de junho de 1856, promoveu a reformulação estatutária na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, incluindo a realização de “exames dos dentistas e sangradores que se quisessem habilitar, a fim de exercerem a sua profissão”.

Com relação à questão da difusão de conhecimentos no campo da Odontologia no Brasil por meio da escrita acadêmica, ocorreu com a primeira revista odontológica no país em 1869, “Arte Dentária”, fundada por João Borges Diniz, dentista pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ao sentir-se estimulado após viagem de estudos a Londres e a Paris (CARVALHO, 1996). No Brasil, o primeiro livro publicado sobre Odontologia abordava algumas moléstias e tratamentos, desde a infância até a velhice, e foi considerado bastante atualizado para a época pois já citava o clorofórmio como anestésico.

Depois de ocorrer uma grande reforma do ensino, o decreto nº 7247, de 19 de maio de 1879, definiu que a cada uma das faculdades de Medicina ficariam anexado uma escola de farmácia, um curso de obstetrícia e outro de

cirurgia dentária “. E, para aqueles que se dedicassem à ”Arte Dentária”, a decisão do Império nº 10 de 04 de julho de 1879, estabeleceu-se que aos aprovados no curso de cirurgia dentária seria atribuído o título de Cirurgião Dentista. Além disso, haveria o privilégio do título de “cirurgião da Casa Imperial” que era dado aos nascidos em famílias da alta sociedade, concedido geralmente aos formados no exterior, levando em consideração o valor profissional e o seu saber, e ainda, a observância de princípios de ética e moral, na vida pública e particular (CARVALHO, 1994).

O ensino de Odontologia foi instituído oficialmente no Brasil no dia 25 de outubro de 1884 pelo Decreto nº 9311 do Governo Imperial, pela Reforma Sabóia desenvolvida por Visconde de Sabóia, então diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

No início deste processo histórico o ensino era vinculado às faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. O curso era desenvolvido em 3ª séries, sendo que a parte prática era ministrada na 2ª série, com “Patologia dentária e Higiene da boca” e na 3ª série com “Terapêutica dentária” e “Cirurgia e prótese dentária”. Ao final do curso aluno recebia o título de dentista, sem colar grau (Salles Cunha, 1931 *apud* CARVALHO, 1996).

Nesse sentido, Carvalho (1994) ressaltou que o ensino odontológico no Brasil, embora estivesse anexo às faculdades de Medicina, como na Europa e em outros países, apresentava disciplinas diferentes das do curso médico.

As duas atitudes que caracterizaram a formação e a prática odontológica fora do Brasil também caracterizaram-nas aqui dentro.

Atualmente o curso de Odontologia se orienta pela resolução nº3 CNE/CES , de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Odontologia. Essa resolução em seu artigo 3º apresenta como perfil do formando egresso/profissional, diz que o Cirurgião Dentista deve ter formação generalista, humanista, crítica e reflexiva para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico, ou seja, deve exercer atividades referentes à saúde bucal da população, pautadas em princípios éticos, legais, na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo a sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade. Tem-se, assim como perfil do egresso: “o profissional generalista, com sólida formação técnico-científica, humanística e ética, orientada para a promoção de saúde, com ênfase na prevenção de doenças bucais prevalentes”. Verificamos assim o destaque dado a concepção da Odontologia como ciência social aplicada e não como ciência apenas biológica.

Entretanto, é necessário especificar, detalhar esse conceito e adequá-lo às características da região geográfica e do estudante que receberá a formação específica do curso, como preparação para sua atuação profissional. Estamos cientes de que essa atuação não se restringirá aos grandes centros urbanos, mas também aos pequenos e o profissional trabalhará, seja como autônomo ou como prestador de

serviços, em convênios, clínicas privadas ou não, equipes multidisciplinares e saúde pública.

A referida resolução indica ainda que a formação do cirurgião dentista deve prepará-lo para atuar tendo como preocupação a promoção da saúde bucal da população, num contexto onde embora exista um trabalho preventivo, ainda é muito evidente a prevalência de cáries e doenças periodontais. Dentro desse panorama, deve-se proporcionar ao cirurgião dentista uma formação humanística, ética e científica, com conhecimentos, habilidades e comportamentos que permitam decidir e atuar com segurança e propriedade na promoção da saúde e na prevenção para atender as necessidades sociais, mas que não seja um “operário da odontologia”, com mentalidade puramente tecnicista. A formação do profissional deve torná-lo capaz de interagir com a sociedade e com liderança e sensibilidade social, com ampla vivência clínica e que saiba empregar técnicas específicas de cura sustentada por uma sólida base em ciências básicas, que possa exercer a profissão em consultório privado, mas que se adapte a equipes multidisciplinares e serviços socializados.

Ainda na resolução CNE/CES nº 03, de 19/02/02, tem-se que o graduando de odontologia, com base no conhecimento básico aplicado, deverá ser capaz de desenvolver as seguintes habilidades:

Colher, observar e interpretar dados para a construção do diagnóstico; identificar as afecções buco-maxilo-faciais prevalente; desenvolver raciocínio lógico e análise crítica; propor e executar planos de tratamento adequado; realizar a preservação da saúde bucal; comunicar-se com pacientes, com profissionais da saúde e com a comunidade em geral; trabalhar em equipes interdisciplinares e atuar como agente de promoção de saúde; planejar e administrar serviços de saúde comunitária; acompanhar e incorporar inovações tecnológicas (informática, novos materiais, biotecnologia) no exercício da profissão.

O artigo 5º, parágrafo V, dessa mesma resolução, define que a formação do Cirurgião Dentista tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das competências e habilidades específicas inerentes à profissão, como exercer a profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição social.

A proposta de formação de profissionais da saúde visa fornecer a estes profissionais um instrumental crítico necessário ao desempenho de sua profissão, reconhecendo assim o impacto negativo que uma formação tecnicista pode acarretar à prática odontológica.

A partir do perfil descrito e dos objetivos definidos para o curso, o documento faz a indicação das principais competências e habilidades gerais a serem alcançadas pelos profissionais.

Como habilidades a serem desenvolvidas pelo curso e com base em reunião da Organização Mundial de Saúde e do “grupo de Estudos sobre Ensino de odontologia” (Nupes/USP) foram definidas:

1- Para o Nível de conhecimento e compreensão, o aluno deverá ser capaz de demonstrar conhecimento e compreensão sobre:

Terminologia básica corrente da Odontologia e de áreas correlatas; aplicação, integração e relevâncias dos princípios gerais das ciências médicas e correlatas para a saúde bucal e para as doenças; características das doenças e distúrbios buco-maxilo-faciais e doenças; características das doenças e distúrbios buco-maxilo-faciais incomuns que tem consequências potencialmente sérias; interrelação entre doenças e distúrbios buco-maxilo-faciais e aquelas que afetam outras partes do corpo; características das doenças e distúrbios buco-maxilo-faciais que podem ter especial significância para comunidades específicas; inter-relação entre os efeitos de tratamentos específicos e inespecíficos à odontologia; as principais aplicações de especialidades da área de saúde e técnicas com relação à saúde bucal; regras potenciais de odontologia e de pessoal para cuidados de saúde na comunidade e suas responsabilidades éticas e médico-legais; a relevância para e o impacto sobre saúde bucal, para políticas sociais, ambientais e da saúde e o processo de investigação científica.;

2- Para o Nível de Habilidades, o aluno deverá ser capaz de :

- Identificar em pacientes e em grupos populacionais as doenças e distúrbios buco-maxilo-faciais e realizar procedimentos adequados para suas investigações, prevenção, tratamento e controle;
- cumprir investigações básicas e procedimentos operatórios;
- promover a saúde bucal e prevenir doenças e distúrbios bucais;
- comunicar e trabalhar efetivamente com pacientes, trabalhadores da área de saúde e outros indivíduos relevantes, grupos e organizações;
- obter eficientemente gravar informações confiáveis e avaliá-las objetivamente;
- aplicar conhecimentos e compreensão de outros aspectos de cuidados de saúde na busca de soluções mais adequadas para os problemas clínicos no interesse de ambos, o indivíduo e comunidade;
- analisar e interpretar os resultados de relevantes pesquisas experimentais, epidemiológicas e clínicas;
- organizar, manusear e avaliar recursos de cuidados de saúde efetiva e eficientemente.

- 3- Para o Nível de Atitudes: o aluno deverá ter sido estimulado para:
- Aplicar conhecimento de saúde bucal, de doenças e tópicos relacionados no melhor interesse do indivíduo e da comunidade;
 - participar em educação continuada relativa à saúde bucal e doenças como um componente da obrigação profissional e manter espírito crítico, mas aberto a novas informações;
 - participar e investigações científicas sobre doenças e saúde bucal e estar preparado para aplicar os resultados de pesquisas para os cuidados de saúde;
 - buscar melhorar a percepção e providenciar soluções para os problemas de saúde bucal e áreas relacionadas e necessidades globais da comunidade;
 - manter reconhecido padrão de ética profissional e conduta e aplicá-lo em todos os aspectos da vida profissional;
 - estar ciente das regras dos trabalhadores da área da saúde bucal na sociedade e ter responsabilidade pessoal para com tais regras;
 - reconhecer suas limitações e estar adaptado e flexível face às mudanças circunstanciais.

Pelas indicações da resolução constatamos que a concepção de Odontologia social aplicada é a de uma ciência e profissão implicada.

CAPÍTULO 2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE CURRÍCULO

Essa dissertação consiste em uma análise da estrutura curricular do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Campo Grande-MS, portanto torna-se necessário explicitar o significado e a importância do conceito de Currículo e formas de desenvolver.

A definição de currículo aparece pela primeira vez em um dicionário em 1856, o qual fazia referência a uma pista de corrida, um lugar para corrida ou uma carreta de corrida. Em 1938 já não apareciam nos dicionários ingleses com as acepções “corrida” e “carretas”, sendo o termo associado a um curso específico e fixo em uma universidade. No dicionário brasileiro AURÉLIO, encontra-se a seguinte definição: currículo. 1. Ato de correr. 2. Atalho, corte. 3. Parte de um curso literário. 4. As matérias constantes de um curso.

A origem do termo currículo está ligada à educação escolar, expressa pelas idéias Calvinistas do final do Século XVI pelas quais a organização escolar reflete a organização social. Currículo significa organização da educação, ordenação

dela no âmbito de escola e também, disciplina do aluno, sua ordenação moral. A escola se organiza para formar o indivíduo adaptado à sociedade.

Goodson (1995) numa visão atual descreve o currículo como pré-ativo e ativo. Pré-ativo seria o estabelecimento de normas básicas e critérios a serem usados na educação escolar, vinculando as pessoas a formas prévias de reprodução da cultura. Pré-ativos seriam as organizações escolares ou planos pré-determinados. O currículo ativo, também denominado de “currículo como prática”, é a estrutura de escola ou curso construída interativamente. Esse currículo seria constituído com e na vivência pedagógica. Seria um “artefato social”

Considera-se hoje, na compreensão de currículo, ambos os aspectos pré-ativo e ativo e ativo, pois todo ato educativo deve ser pensado, planejado, organizado por ser uma ação intencionada e que acontece na sala de aula, na escola, com o trabalho interativo dos professores e alunos. O ato educativo pode ser uma ação espontânea, improvisada e rotineira.

Para Saviani (1998), o currículo inclui o conjunto das matérias do ensino, sua distribuição pelos níveis escolares, seu valor relativo quanto à carga horária e recursos, e respectivos programas. É produto de uma seleção realizada no seio da cultura, que resulta num tipo peculiar de saber escolar.

Pontecorvo (1993) define currículo como sendo a seleção, organização e articulação dos conteúdos das disciplinas de um curso em seu conjunto.

A UNESCO (1957) reuniu, de forma clara, alguns elementos principais presentes em qualquer currículo: 1. a organização cultural, dentro da qual a escola se situa (o contexto ou estudo da comunidade); 2. a definição dos objetivos a serem alcançados pela escola; 3. as áreas de estudos e de atividades a serem vivenciadas; 4. o aluno visto como um ser em desenvolvimento; 5. o professor e o método de ensino; 6. a síntese harmoniosa destes elementos, que por sua vez, constituem também totalidades menores formando o substrato, dentro do qual desenvolve-se a personalidade integral dos alunos.

O conceito de currículo tem sofrido evolução histórica na dependência da filosofia que o embasa e que predomina nos diferentes momentos históricos. Paradigmas curriculares são as concepções ou explicações que compõem teorias e são oriundas de idéias filosóficas referentes à educação, escola, ensino-aprendizagem. Três paradigmas são identificados ao longo da história da teoria curricular: O paradigma técnico-linear, o circular-concensual e o dinâmico dialógico. Na atualidade, na pós-modernidade, predomina uma orientação holística de currículo, o hibridismo curricular, resultante da coexistência dessas e de variadas outras orientações epistemológicas. Essas teorias (concepções ou paradigmas) de currículo explicam a seleção de conhecimento a ser ensinado, estabelecem critérios que justificam tal seleção. (SILVA 1999).

Entre as teorias de currículo destacam-se as teorias tradicionais que enfatizam conceitos como ensino aprendizagem e questões de ordem técnica e

organizacional; as teorias críticas e pós-críticas que estão preocupadas com as conexões entre o saber, a identidade e o poder (SILVA,1999). Dito de outra maneira, pode-se falar em paradigma tradicional ou técnico-linear, o paradigma circular- consensual e o dinâmico-dialógico além do holístico.

2.1 PARADIGMA TRADICIONAL OU TÉCNICO-LINEAR

O paradigma técnico-linear tem suas origens nas idéias de Bobit (1918) e se consolidou posteriormente com as de Ralph Tyler (1948). Bobit propunha a aplicação dos princípios da administração científica à escola e ao currículo. Nesse modelo a organização curricular obedece à lógica do controle técnico e a escola funciona como uma empresa comercial e industrial, como um sistema capaz de especificar objetivos de modo a realizá-los e obter os resultados pretendidos, estabelecendo métodos para mensurar tais resultados (SILVA 1999).

O modelo de currículo técnico-linear está ligado à elaboração de planos pedagógicos, ou seja, ao currículo pré-ativo de Goodson (1991); caracterizando-se desta forma pela previsibilidade, pela pré-determinação e pelo planejamento a priori, pela não flexibilidade. Desta maneira, o currículo será técnico e racional, e denominado por Silva (1999), de currículo- produto e entendido como um esquema que inclui conteúdos e métodos, com a finalidade de alcançar objetivos pre-estabelecidos.

Nessa perspectiva cabe à avaliação o papel de aperfeiçoar o produto desenvolvido, para harmonizar os resultados e objetivos. Quanto ao controle do currículo, constitui tarefa não daqueles que o desenvolvem, sem participação dos que o implementam e consomem: professores, alunos e pais (MESSICK et al, *apud* SILVA, 1990). Há os planejadores que pensam e organizam e os executores que são os que cumprem o que lhes foi mandado.

Para esse mesmo autor, o currículo, com base tecnicista, une o poder com o saber, isto é, o conhecimento é distribuído e selecionado de forma a assegurar a reprodução social. Desse modo a intervenção do Estado vai envolver a educação, o campo econômico e político fazendo com que prevaleça a hegemonia estatal do grupo no poder.

O planejamento, de acordo com este paradigma técnico-linear, se expressa num plano que deve ser seguido à risca para que os objetivos pré estabelecidos sejam alcançados. Após a seleção e definição dos objetivos, os quais são as chaves de todo o processo, segue-se à seleção e organização das experiências de aprendizagem. Finalizam com a avaliação e mensuração dos resultados obtidos (DOLL, 1997).

Assim para a elaboração desse currículo, segundo Tyler (1979) , é necessário que se responda às questões:

Quais os objetivos pretendidos?
Quais as experiências de aprendizagem?
Qual a seqüência dessas experiências?
Como será a avaliação?

O fundamento filosófico do currículo teórico linear é o positivismo que consiste em limitar-se à experiência imediata, pura, sensível, dominada pelas leis mecânicas de associação e de evolução.

O positivismo domina, mais ou menos a segunda metade do século XIX em todo o mundo civilizado até hoje. Representa, uma reação contra o idealismo abstrato, propugnando um respeito maior para com a experiência, e os dados objetivos.

Para o positivismo, no ato de conhecimento, só o objeto a ser conhecido deve ser considerado. Conhecer é constatar, experimentar, pesar, medir, contar esse objeto sempre verificável.

A influência desse modelo de currículo no Brasil foi muito grande e tornou-se mais evidente a partir de 1966, com a publicação do livro de Dalila Sperb (que fez estudos nos Estados Unidos com TYLER), e teve total hegemonia na década de 70, fase do apogeu tecnicista na política estatal brasileira. As idéias de Hilda Taba também foram divulgadas no Brasil influenciando a teoria e o desenvolvimento do currículo.

2.2 PARADIGMA CIRCULAR CONSENSUAL.

Uma ruptura com o paradigma técnico-linear começou nos Estados Unidos, a partir de 1973 por ocasião da I Conferência sobre a teoria do currículo, em Nova York. Esta conferência foi seguida de outras e esse movimento chamado de re-conceitualista, pois reuniram-se várias divergências e questionamentos àquele paradigma. Este movimento teve por inspiração o pensamento de Paulo Freire, educador com grande atuação naquele país na época. (GERALDI,1994).

Esse movimento teve a liderança de Pinar e Greene e a orientação fenomenológica pela qual o sujeito, os alunos, sua percepção, suas vivências é que devem ser valorizadas no processo de ensino e aprendizagem, na organização curricular e no ato de conhecimento.

Essa visão de currículo é centrada no sujeito que aprende ou seja, nas experiências dos alunos e nas suas necessidades básicas, latentes e/ou manifestas. O aluno é o criador e o construtor de seu próprio currículo que resulta de sua escolha, de sua eleição. O conhecimento não pode ser doado do meio exterior, deve resultar de uma vivência, da comunicação, da linguagem que é intersubjetiva. Daí o

nome circular-concensual.

Desta forma, o contexto aqui se caracteriza como o “currículo ativo”, indicado por Goodson (1999).

Com este paradigma houve mudança na forma de desenvolver o currículo: Foram estabelecidos alguns princípios básicos: a elaboração do currículo obedece ao estabelecimento de prioridades de acordo com as finalidades da educação escolar e do público a que se destina; obedece à seleção de elementos culturais passíveis de serem ensinados ou aprendidos na educação escolar; é resultante de decisões negociadas e processos consensuais; a seleção de conteúdos que constituirão o currículo deve se basear no contexto social, reconhecer as forças que interferem na construção curricular; o conteúdo curricular deve satisfazer às necessidades individuais e produzir novas necessidades; a interdisciplinaridade deve ser buscada, as vivências dos alunos precisam ser consideradas. O importante é compreender currículo, isto é saber para que, porque e a quem o currículo serve, além da importância da sua elaboração.

Esse novo modelo constitui o conjunto das chamadas teorias críticas, cuja organização é de inspiração fenomenológica, ou seja, busca recuperar a subjetividade do homem que foi perdida com as idéias geradas pelo processo de industrialização.

Esse paradigma, surgiu em um contexto caracterizado por imensas agitações político-sociais, na mesma época em que surgiram livros, ensaios e teorias que questionavam o pensamento e a estrutura educacional tradicional. Nesta nova visão fenomenológica do currículo, o mesmo é visto como experiência, como vivência e como local de questionamentos sobre a experiência (SILVA; 1999).

2.3 PARADIGMA DINÂMICO-DIALÓGICO

O terceiro paradigma é o dinâmico-dialógico, o qual se apoia nas teorias críticas e pós-críticas de currículo que se baseiam nas idéias neo-marxistas. O enfoque principal desse modelo é dado à relação sujeito/objeto e baseado em alguns princípios:

- O currículo não pode ser separado da realidade social;
- o currículo é um ato inevitavelmente político que objetiva a emancipação das camadas populares;
- a crise que atinge o campo de currículo não é conjuntural, mas de caráter estrutural.

Em relação a essa concepção emancipadora ou libertadora do currículo, Silva (1999) afirma que a escola e o currículo devem oferecer a oportunidade aos estudantes de exercerem discussões democráticas e questionamentos sobre as relações sociais, das quais os professores participam ativamente.

Para Saviani (1998), a elaboração do currículo e a constituição das disciplinas escolares, não se dão de maneira linear, nem se estabelecem por consenso, mas destaca a autora que a própria elaboração se dá em meio a contradições e conflitos. O primeiro aspecto a se observar no estudo do currículo é o estabelecimento das prioridades relativas à qualidade da educação e o público a que se destina (a quem ou a que aluno e como?). Outro aspecto a ser considerado é a seleção dos elementos culturais de resgate da cultura de que o aluno é portador e dos que são necessários à formação da pessoa e do profissional.

Esse terceiro paradigma é influenciado pela filosofia dialética, entendida como uma maneira dinâmica de interpretar o mundo. Desta maneira, as coisas não são consideradas como realizadas, mas em realização, como um processo que se orientando em ritmo quantitativo, de repente, muda qualitativamente, mudando a sua natureza. As coisas se modificam e se transformam em virtude das leis internas do seu auto dinamismo, diferentemente do movimento mecânico em que a transformação é proveniente de agentes internos – leis da dialética. No movimento dialético, o mundo é o conjunto de todos os processos, em que tudo sofre uma transformação concatenada e progressiva, sendo que o encadeamento de processos não é circular, mas espiral.

De acordo com a concepção dialética de currículo, cada movimento social traz em si sua contradição por apresentar duas direções opostas: a que leva o ser à sua própria construção e a outra que o leva à superação desta mesma construção.

Este paradigma não propõe uma forma de desenvolver ou elaborar currículo, mas discute idéias fundamentais sobre a educação: escola, professor, livro didático. Além-se também para a análise das relações escola/sociedade, educação e cultura, currículo e ideologia, currículo oculto, sempre na visão marxista das relações parte-todo, da análise das contradições e da historicidade dos fatos e problemas que as contextualizam.

O reconhecimento do “Currículo Oculto” existente na escola e paralelo ao currículo regular compreende aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial explícito influencia, de forma implícita, a aprendizagem social relevante. Na perspectiva crítica, o que se aprende com o currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores, a ideologia. (SILVA, 1999:78).

2.4 HIBRIDISMO CURRICULAR

Atualmente a teoria curricular está sofrendo um processo de “hibridismo”, em que várias concepções se interpenetram ou se completam. A teoria marcante no Brasil nos anos 90 é o hibridismo, com a característica de soma da diversidade de tendências teóricas e a diversidade orgânica, além do que essa somatória sofre, também, interdependências e rejeições.

A filosofia que rege esse quarto paradigma é o pós-modernismo recebendo também a influência da “Teoria do Caos” que oferece oportunidade para a elaboração de uma nova teoria do currículo. O pós-modernismo significa coisas diferentes para pessoas diferentes e Schnitman (1996) afirma sobre o caos que no contexto da cultura contemporânea catalisou a formação de novas ciências e novas perspectivas sobre as ciências, prevendo assim a existência de uma consciência crescente do papel construtivo da desordem, da auto-organização, da não linearidade. O sujeito, o tempo, a historicidade, eram aspectos considerados parte da vida cotidiana, da arte, da filosofia, da literatura, da psicologia. Vida e ciência estavam separadas. Mas, uma questão atraiu o interesse dentro das ciências, das humanidades e da terapia: foi a relação entre a ordem e a desordem, que sempre foram vistas como opostas. Ordem era o que podia ser classificado, analisado, incorporado no discurso racional, a desordem estava ligada ao caos e, por definição, não podia ser expressa. Assim, os últimos 20 anos aconteceram a reavaliação radical dessa perspectiva, já que na ciência, na cultura e na terapia contemporâneas, o caos, a desordem e a crise foram conceitualizados como informação complexa, mais do que ausência de ordem. E essa mudança se deu a partir das descobertas de Einstein que revolucionou a Física e mais que isso, revolucionou a lógica implícita no fazer ciência.

Na atualidade, o currículo apresenta como característica a influência das concepções da “teoria do Caos” e “da complexidade”; o de “Conhecimento em rede” e do “multiculturalismo e currículo”.

Segundo Lopes & Macedo (2002), “O conhecimento em rede” introduz um novo referencial básico, a prática social, na qual o conhecimento praticado é tecido por contatos múltiplos. Propõe-se, dessa forma a inversão da polarização moderna entre teoria e prática, passando-se a compreender o espaço prático como aquele em que a teoria é tecida. Tal proposição, ao reconceituar a prática como espaço cotidiano no qual o saber é criado, elimina as fronteiras entre a ciência e senso comum, entre conhecimento válido e cotidiano, entre teoria e prática

O Multiculturalismo e currículo, traduzem um “movimento teórico e político que busca respostas para desafios da pluralidade cultural nos campos do saber e do social, incluindo não só a educação, mas também áreas que podem contribuir para o sucesso organizacional” (CANEM *apud* LOPES; MACEDO, 2002: 175).

Sob essas várias influências, o modelo de currículo toma uma característica de flexibilidade e de recursividade na sua forma de organizar a construção de conhecimentos, e vem atender às necessidades de preparar indivíduos

capazes de lidar com questões diversas, inclusive com preconceitos, exclusões e discriminações a ela associadas.

Esse novo modelo de currículo segundo Doll (1997), não deve ser necessariamente linear, uniforme, mensurado e determinado, inflexível, mas, um modelo de emergência e crescimento, possibilitados pela transação, interação, equilíbrio e desequilíbrio. Os sistemas são auto-reguladores e capazes de transformação em um ambiente de turbulência, dissipação e inclusive caos, entendido não como desordem mas como oportunidade de mudança. A transformação, as múltiplas interpretações e a configuração alternativa tornaram-se a base do entendimento e da construção de significados. Esse sistema aberto, no currículo, permitirá que os alunos façam escolha, e que professores e alunos dialoguem para criar ordens e estruturas mais complexas de matérias e idéias, focalizando, portanto, o processo e não o produto da aprendizagem.

Para Doll (1997), um currículo pós-moderno permitirá que os poderes humanos de organização e reorganização criativa da experiência sejam operativos num meio ambiente que mantém uma tensão saudável entre a necessidade de encontrar o fechamento e o desejo de explorar. O papel de professor não será mais considerado casual e sim transformador. O currículo não será uma pista de corrida, mas a própria jornada.

Esse autor citado acima chama atenção e nos mostra uma utopia de currículo “em que ninguém é dono da verdade e todos têm o direito de ser compreendidos”, em que o professor é um membro igual, com maior experiência em uma comunidade de aprendizes.

O mesmo autor caracteriza o currículo como devendo ser: rico; recursivo, relacional, rigoroso e auto-organizador. Sua riqueza decorrerá de seu caráter aberto e experimental; a recursividade é importante, pois contribui para a reorganização, reconstrução e transformações reflexivas da experiência. Além disso o retorno freqüente a idéias permite ampliação e aprofundamento dessas idéias e conceitos; o termo relacional refere-se à contínua busca de relação entre idéias e significados e a consideração da relação entre os contextos histórico e cultural, assim como, das maneiras pelas quais as relações são percebidas; nada é visto de maneira fragmentada. E finalmente, o rigor, a seriedade, profundidade dos temas estudados tornam-se uma busca intencional de relações e conexões alternativas.

Esse paradigma é essencialmente aberto, diferente dos apresentados anteriormente. Baseia-se na concepção do sistema aberto e fechado. A diferença entre sistemas abertos e fechados é que nos sistemas fechados só ocorre intercâmbio, não existe transformação. Neles, a estabilidade dos centros de equilíbrio e equilíbrio são ingredientes-chave, além disso são centrados, estáveis. Os sistemas abertos têm vértices móveis ou redemoinhos em espiral; a mudança, não a estabilidade, é a sua essência (DOLL,1997)

Para Doll (1997), ainda, a auto-organização flexibiliza e individualiza o currículo que opera, também, quando há necessariamente uma conturbação ou crise

no sistema, servindo como um meio de se reajustar para continuar funcionando. Portanto, a crise instalada seria a grande incentivadora de mudanças no campo curricular

Outra preocupação relevante do Doll (1997) é em relação à falta de integração entre as disciplinas que são dadas e vistas separadamente, sem integração do conteúdo, nos sistemas curriculares fechados.

Da mesma forma, Zabala (2002) faz crítica à ordenação de conteúdos de ensino que levam a uma constante fragmentação do saber, através da seleção e distribuição dos conteúdos escolares a partir de parâmetros basicamente disciplinares. Isto faz com que o professor centrado no conteúdo específico a ser ensinado perca de vista a função social do ensino: ajudar a compreender a realidade para transformá-la. Ensinar é ensinar para a complexidade. Perde-se a visão dos objetivos maiores do ensino.

O referido paradigma tem como base filosófica o pós-modernismo, que é um movimento intelectual que proclama que se vive uma nova época histórica, a pós-modernidade, radicalmente diferente de modernidade. O paradigma holístico não representa uma teoria coerente e unificada, mas, um conjunto variado de perspectivas, abrangendo uma diversidade de aspectos intelectuais, políticos, estéticos, epistemológicos. O pós-modernismo tem como referência uma oposição ou transição entre a modernidade, iniciada com o Humanismo e a Pós-Modernidade, em algum ponto da metade do século XX. O pós-modernismo fundamenta este paradigma e tem como referência termos estéticos, relaciona-se com o movimento modernista, iniciado em meados do séc.XIX, que reagia às regras e aos cânones do classicismo na literatura e nas artes.(SILVA, 1999: p.111)

Verifica-se, portanto, que os questionamentos dos modelos tradicionais ocasionam, no presente o surgimento de alternativas que se concretizam em diferentes modelos didáticos denominados globalizados, alternativos, flexíveis, além da reflexão sobre a necessidade da interdisciplinaridade, pois, a finalidade do ensino é formar integralmente as pessoas: social, interpessoal, pessoal e profissional para que sejam capazes de compreender a sociedade e nela intervir com o objetivo de buscar soluções viáveis. Assim, tenta-se hoje viver o currículo por problemas (PBL) principalmente na área médica e o currículo por competências em que as disciplinas são organizadas para operacionalizá-las e pelo currículo com idéias e eixos integradores que concentram, agrupam as disciplinas conforme algumas funções comuns entre elas. Os problemas, ao se estabelecer a análise como método, oferecem um treinamento acerca da busca das informações relevantes e da capacidade de analisá-las, possibilitando maior compreensão e fixação da aprendizagem dentro dos padrões educacionais esperados para o contexto e para a realidade das condições de saúde.

Esse estudo de currículo consistiu no pano de fundo para a análise do currículo da Odontologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

2.5 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E O PROJETO PEDAGÓGICO DE UM CURSO

A Universidade Federal Fluminense em 1988 elaborou o texto: **CONTRIBUIÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DOS CURRÍCULOS PLENOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO SEGUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE U.F.F.(1988)**, que mostra o processo de elaboração ou desenvolvimento do currículo de um curso muito embora seja modelo tradicional pode ser utilizado em análises de currículo pelos conceitos claros que apresenta e pela importância que faz perceber da elaboração do projeto pedagógico de um curso pelo grupo de professores.

O texto diz que a proposta apresentada foi uma tentativa de iniciar um processo de discussão a respeito da elaboração dos currículos e estimular o surgimento de novas propostas que contribuam para a efetiva melhoria da qualidade do ensino.

O processo a ser observado na montagem de um curso deve ser :

2.5.1 A avaliação das condições do curso

O desenvolvimento do currículo deve começar analisar questões essenciais que não podem ser desprezadas numa avaliação inicial e nem serem consideradas únicas, podendo, conforme o colegiado de curso, serem mais elaboradas:

- que profissionais estamos formando?
- que profissional deveríamos formar?
- que problemas o curso apresenta em sua estrutura e funcionamento que prejudicam a formação de um profissional competente?
- que recursos, capacidades, estratégias, podem ser mobilizados para melhorar a qualidade do curso?

As respostas a estas indagações necessitam de um estudo preliminar envolvendo disponibilidades dos mais variados recursos, incluindo-se, por exemplo, um especialista em avaliação que poderá ser da própria Universidade.

Devem ser levantadas informações tais como:

- Situação da região quanto as características culturais, destacando-se as necessidades sociais referentes à área onde se localiza o curso;
- situação da profissão dentre as condições regionais e nacionais e respectiva

legislação; posicionamento das entidades de classe sobre a situação da profissão;

- política e legislação na Universidade sobre o ensino de graduação e fluxo decisório no currículo;
- história do curso, modos pelos quais o currículo é administrado, situação em relação aos departamentos que oferecem as disciplinas, atuação dos colegiados, lideranças informais: grupos de poder e área de acordo e conflito, relações entre administração do curso e instituição, entre professores e alunos, entre professores e instituição, entre alunos e instituição;
- estudo da estrutura do currículo: características do profissional formado pelo curso, identificação da ordenação curricular, verificação do conteúdo e localização de disciplinas;
- caracterização dos recursos físicos (instalações e equipamentos) e humanos (qualificação e experiência dos professores):
- caracterização do aluno: relação oferta/demanda, desempenho no vestibular e atividade profissional;
- descrição do funcionamento do curso: procedimentos de ensino, gerência curricular, desempenho do aluno;
- avaliação da absorção do egresso e da opinião deste sobre o curso.

2.6 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O projeto político pedagógico é um conjunto de intenções, prioridades, atividades e ações dos responsáveis educadores (diretor, professores, alunos, funcionários e comunidade) visando à formação e o desenvolvimento de todos os participantes. E uma vez elaborado, segundo Carvalho (1998), deve estar centrado nos alunos visando à melhoria de seu processo de aprendizagem e de seus resultados.

O texto da Universidade Fluminense mostra que a montagem do projeto político pedagógico e a mudança curricular devem ser precedidas pela definição do perfil do profissional, o que seria a própria razão de ser dos cursos de graduação que habilitam,

ou devem habilitar, profissionais para o exercício das mais variadas atividades.

O trabalho de composição do perfil poderá envolver:

- especificação das capacitações ou competências (intelectuais, técnicas e administrativas) que o profissional deve apresentar ao concluir o curso, de caráter geral, em termos de capacitações mais amplas, que delimitem o campo de exercício profissional e identifiquem o profissional como tal;
- determinação das capacitações ou competências mais específicas, considerando, individualmente, as áreas de conhecimento ou linhas curriculares englobadas pelo curso.

Entende-se por perfil a descrição de condições desejáveis a um profissional para que possa atuar, com competência, no seu campo de atuação, no respectivo contexto social.

O perfil profissional deve ser orientado pelo conceito de competência desejada e socialmente requerida.

As profissões estão em constante movimento em função de sua evolução como prática social decorrente das relações de produção da sociedade, chegando muitas vezes a níveis conflituos com órgãos empregadores e com o próprio Estado. Modificam-se, também, em decorrência do desenvolvimento das ciências e técnicas que lhes dão suporte, assim como a possibilidade de desenvolvimento do potencial infinito que tem o indivíduo.

Desta forma, um perfil profissional constitui-se em uma proposta de formação que uma instituição apresenta à sociedade, em um caráter de aproximação. Nele serão encontrado as capacidades básicas requeridas para aquele profissional em um dado momento histórico, apresentadas descritivamente.

Além do perfil do profissional, o desenvolvimento de um projeto pedagógico exige a organização da estrutura curricular do curso.

Ao se compor uma proposta curricular, deve-se considerar o “conhecimento a ser ensinado”, para que promova um ensino em bases efetivas.

Estrutura: deve ser entendida como uma rede de conceitos e ações em seqüência e complexidade crescente ao longo do curso. O currículo no texto indicado é visto como uma estrutura conceitual (ou corpo estruturado do curso)

que deve ter para o aluno o significado de um “mapa” em que aparecem as relações das partes como o todo.

A estrutura curricular do curso exige a elaboração de objetivos, ementas e programas de disciplina.

Os objetivos das disciplinas, em princípio estabelecidos pelos colegiados de cursos, devem expressar as capacitações que elas oportunizarão aos alunos, de forma clara e sem ambigüidade, devendo ser igualmente entendido por professores, administradores e alunos, como expressão parcial das capacitações da(s) linha(s) curricular(es) de que fazem parte. Eles serão norteadores da organização do ensino e da aprendizagem na disciplina.

Num currículo de formação profissional os objetivos de disciplina descrevem os comportamentos ou capacitações desejáveis para aquele profissional em função das competências que foram definidas no “Perfil profissional”.

É fundamental uma ementa explícita ou declaração de função da disciplina no curso, que papel ela joga na formação do profissional desejado e diga como será a contribuição da disciplina na formação do perfil profissional. Em outras palavras, a função da ementa é informar qual é a área de conteúdo coberta pela disciplina, possibilitando o conhecimento de sua extensão e limites, além da indicação da função ou disciplina no curso.

Reconhece o texto a existência de dois tipos de ementa a saber:

- a) **Ementa Analítica ou linear** - resume uma disciplina nos tópicos ou unidades que a estruturam. Depois de delimitada a área de conteúdo coberta por disciplina, arrolam-se os tópicos, unidades ou grandes títulos nos quais a disciplina pode ser decomposta.
- b) **Ementa Compreensiva**, indica a função da disciplina no curso e indica os grandes temas a estudar.

Esse último tipo deve ser o preferido na elaboração da ementa.

Na elaboração de ementas devem ser observados as seguintes etapas:

- Identificação da posição da disciplina no currículo; contribuição à formação do profissional pretendido, sua localização em ciclos e linhas curriculares;
- mapeamento dos conceitos que integram a disciplina, envolvendo a

identificação e relacionamento das etapas do processo que a disciplina propõe;

- análise da natureza da disciplina, verificando-se a predominância do caráter substantivo ou sintático da mesma;
- no caso das **disciplinas de caráter substantivo**: discriminar em seqüência, das unidades tópicas ou conceitos-chave que integram a disciplina;
- no caso das **disciplinas de caráter sintático**: discriminar as etapas do processo que se desenvolve na disciplina;
- redação da ementa de modo objetivo e conciso. A ementa deve contar somente o mínimo necessário em termos de informação sobre o que pretende que seja aprendido ou realizado;

Quanto às disciplinas elencadas na organização curricular, convém lembrar que uma disciplina ganha sentido quando se caracteriza como caminho de organização do conhecimento com vistas à aprendizagem (o conceito de pensamento organizado está implícito quando se fala de disciplina, já que as disciplinas decorrem do movimento cognitivo humano em suas diversas áreas). Assim tanto se pode abrir novos campos disciplinares com avanço do conhecimento quanto pode ocorrer o esgotamento de possibilidade de crescimento em um determinado campo, o que determinará a extinção da disciplina ou a sua absorção por outra.

2.7 PROGRAMA

O programa de ensino é o documento que configura a seleção de um dado campo de conhecimento em função de objetivos curriculares previamente estabelecidos (do perfil do profissional desejado) e que deve atender aos critérios de: **Adequação aos objetivos curriculares de validade científica contemporânea, de significância para o aluno** (em termos de interessá-lo para aprender) de flexibilidade, ou possibilidade de ser atualizado e de possibilidade de elaboração pessoal do aluno.

Dessa forma, toda a disciplina tem uma função na estrutura curricular. Ela deve contribuir para a formação do profissional e se relacionar com as demais disciplinas da área de conhecimento a que pertence e, por extensão, com o currículo como um todo.

2.8 DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

O programa de ensino é o documento que configura a seleção de um dado campo de conhecimento em função de objetivos curriculares previamente estabelecidos e que deve atender aos critérios de: adequação aos objetivos curriculares, de validade científica contemporânea, de significância para o aluno, em termos de interessá-lo para aprender, de flexibilidade, ou possibilidade de ser atualizado e de possibilidade de elaboração pessoal do aluno.

Dessa forma, toda disciplina tem uma função na estrutura curricular. Ela deve contribuir para a formação do profissional e se relacionar com as demais disciplinas da área de conhecimento a que pertence e, por extensão, com o currículo como um todo.

Lafourcade (1974), estudioso do planejamento e avaliação do ensino superior mostra que o trabalho de elaboração da estrutura curricular de um curso exige e supõe, além da definição dos objetivos (ou do perfil do profissional) a identificação dos múltiplos setores do saber que focalizarão conteúdos e práticas sob diferentes ângulos coerentes com as características e orientação geral da profissão para a qual o curso forma. Isto significa caracterizar as disciplinas do curso conforme a função que desempenham na formação do profissional, a fim de analisar melhor a incidência dos diversos setores curriculares pode ser útil discriminar as grandes áreas do curso do ponto de vista de conteúdos.

Para ele os diferentes setores constantes de um curso seriam:

Formação política-social: Conjunto de conteúdos e práticas a serem desempenhadas sob a perspectiva de sua profissão e que permitam inserir o aluno na problemática político-social.

Formação geral: Conjunto de conteúdos que procuram abrir uma visão mais ampla e compreensiva do campo da profissão.

Formação específica básica: Conjunto de conteúdos que procuram proporcionar a preparação fundamental que define o conhecimento e as ações que caracterizam o exercício da profissão.

Formação metodológica instrumental: conjuntos de conteúdos que procuram prover os instrumentos e recursos que permitam explorar com maior eficiência o campo da profissão.

Formação prática: Conjunto de atividades que promovem a familiarização com o exercício real e concreto das tarefas críticas que constituem o fazer típico da profissão.

Formação específica orientada: Conjunto de conteúdos que aprofundam uma dada linha de trabalho selecionada por sua especial importância no campo ocupacional.

Diz Lafourcade (1974), que uma análise geral dessas áreas ou setores citados pode orientar uma tentativa de ponderação das horas/aulas destinadas a cada uma delas na formação do profissional, dados que traduzidos em porcentagens e sintetizados num quadro como o que segue, possibilitam visualizar melhor a incidência dessas áreas referidas.

<i>ÁREAS</i>	<i>CARGA HORÁRIA</i>	<i>PORCENTAGEM</i>
I-		
II-		
III-		
IV-		
V-		
VI-		

Esse trabalho realizado pelos professores dá a eles uma visão de conjunto do curso e a percepção das razões da inclusão das disciplinas (suas funções) no curso. Após a seleção, organização e articulação das disciplinas, cada professor deve elaborar a sua ementa e seu programa.

Essa visão de organização curricular e principalmente os setores indicados por Lafourcade serviram como critério de análise do currículo em estudo.

Apresentamos uma pesquisa que se centrou no estudo do currículo pré-ativo conforme GOODSON, ou seja no Projeto Político Pedagógico do curso de Odontologia selecionado.

CAPÍTULO 3 – O PROFESSOR COMO ARTICULADOR DO CURRÍCULO: DO PONTO DE VISTA IDEAL

Pacheco(1996) citado por Morgado(2000) aponta três territórios de decisão curricular: administração central, a escola e a sala de aula. “ É a administração que concebe o currículo através de elaboração de programas pelo Ministério de Educação, mas é ao nível regional e local, nomeadamente a nível de escolas e por parte dos professores, que deverão ser criadas condições para uma verdadeira flexibilização e concretização curricular.

Pontecorvo(1993) diz que nenhuma reforma se fará sem a participação do

professor. É ele o grande articulador, mediador e realizador do currículo ideal, pensado e planejado. Nenhum currículo acontece à revelia do professor.

Esse capítulo chama a atenção para o tipo de formação necessária hoje para que o docente consiga operacionalizar o que foi decidido a nível de administração e escola. A rotina e uma atitude retrógrada ou reacionária são condições negativas para a efetivação da educação expressa na organização curricular.

Exigências atuais impostas pela sociedade à escola e ao docente justificam e exigem nova forma de envolvimento do professor com a escola e currículo, sempre num trabalho coletivo; que pela sua formação apresente características de profissional reflexivo e que esta formação revele, também e as relação entre o ensino e a pesquisa, que cada vez mais se estreitam na tentativa de superação da dicotomia teoria e prática..

Na atualidade, a relação entre ensino e pesquisa na Universidade tem sido de aproximação o que representa um marco na história dessa relação, dada, a velocidade do conhecimento que exige a permanente revisão, complementação, atualização e construção de conhecimento.

Muitos pesquisadores aceitam e defendem que a formação do professor deve se apropriar do chamado “Modelo indagativo ou de pesquisa enquanto ferramenta dessa formação” (IMBERNÓN, 2002: p.75).

O autor acima referido, afirma que tal modelo de formação do professor, que deve ser permanente, “[...] terá como base à reflexão por parte dos sujeitos sobre a sua prática docente, de modo a permitir que encaminhem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de auto-avaliação que oriente o trabalho”.

Assim, esse modelo indagativo supõe e exige a “capacidade de formular questões válidas sobre sua própria prática e a prefixar objetivos que tratem de responder atuais questões” pois, o professor é inteligente para propor a si mesmo uma pesquisa de forma competente e baseada na sua experiência e “os docentes desenvolvem novas formas de compreensão quando eles próprios formulam suas próprias perguntas e recolhem seus próprios dados para respondê-las” diz Imbernón (2002, p.74).

Esse modelo indagativo de formação sustenta-se na idéia de Dewey (ZEICHENER, 1998), que já defendia que os professores necessitavam realizar uma “ação

reflexiva” e que para isso, são necessárias três atitudes: abertura de espírito que se refere ao desejo de ouvir mais que uma única opinião; a responsabilidade que implica em ponderação cuidadosa da consequência de uma determinada ação e a sinceridade que significa desejo autêntico de analisar os próprios atos praticados. Recentemente, Zeichner (1993), grande incentivador desse modelo, tem afirmado que:

[...] há mais de 30 anos tem sido proposto o tema dos professores como pesquisadores sobre a ação. Com ele abandona-se o conceito obsoleto de que a formação é a atualização científica, didática e psico-pedagógica do professor para adotar um conceito de formação que consiste em descobrir, organizar, fundamentar, revisar e construir a teoria [...] (IMBERNÓN 2002, p.49).

Através desse modelo o profissional da educação é construtor de conhecimento pedagógico de forma individual e coletiva.

Imbernón (2002, p.77) reafirmando a importância e necessidade da pesquisa indagativa acentua que:

[...] a eleição da pesquisa como base da formação tem um substrato ideológico, ainda que implícito. O ponto de partida é a constatação de como se encontra a instituição escolar, o professor deve analisar e interiorizar a situação de incerteza e complexidade que caracteriza sua profissão e deve renunciar a qualquer forma de dogmatismo e de síntese pré-fabricada [...]

A situação observada deve ser re-interpretada no sentido de que precisa de uma solução, ou seja, deve produzir-se uma modificação na realidade.

Assim há, hoje, uma tendência clara de buscar ações formativas que permitem organizar-se com base no trabalho colaborativo para a solução de situações problemáticas da classe ou da escola. Por esse modelo investigativo o profissional da educação forma-se do conhecimento pedagógico de forma individual e coletiva.

Perrenoud (1993), afirma, também, que a investigação induz necessariamente a uma relação ativa do saber com a realidade de que se pretende dar conta; que não existe em ciências humanas conhecimento teórico cujo domínio seja suficiente para se ensinar eficazmente. Este mesmo pesquisador afirmou ainda que a formação científica só funcionará realmente na condição de ser incorporada ao “habitus” profissional, *conjunto de esquemas que permite engendrar uma infinidade de práticas adaptadas a situações sempre*

renovadas sem nunca se constituir em princípios explícitos. Argumenta ainda que participar de uma investigação é tomar consciência da fragilidade dos conhecimentos, compreender que eles correspondem a um momento do pensamento, e que estes conhecimentos devem orientar a prática social, com lógica, amenizar conflitos pessoais, fenômenos de poder e de mercado, compreender que nada é certo e definitivo.

Imbernón (2002) caracterizando mais esse tipo de formação mostra que ele se fundamenta em procedimentos relativos a metodologias de participação, projetos, observação e diagnóstico dos processos, estratégias contextualizadas, comunicação, tomada de decisão, análise da interação humana, etc. Esse modelo então, apresenta diversas formas de operacionalização, todas, porém, baseadas nas fases do método científico sendo que os professores identificam um problema a partir de uma observação ou conversa reflexiva, propõem formas diferentes de recolher informações sobre o problema inicial, analisam esses dados individualmente ou em grupo. Em seguida são realizadas as mudanças pertinentes e, por fim, volta-se a obter dados e idéias para analisar os efeitos da intervenção realizada e continuar o processo de formação a partir da prática. Assim, “[...] a situação observada, (a problemática detectada, o problema definido) deve ser reinterpretada no sentido de que precisa de uma solução, ou seja, deve produzir-se uma modificação na realidade” (IMBERNÓN, 2002, p.77).

Analisando a natureza da formação docente esse mesmo autor e também outros estudiosos insistem que a capacidade profissional não se esgota na formação técnica pela qual os profissionais, para solucionar problemas, aprendem a buscar os meios técnicos adequados. Schon (2000, p.15), defendendo essa mesma idéia afirma que:

A racionalidade técnica diz que os profissionais são aqueles que solucionam problemas instrumentais, selecionando meios técnicos mais apropriados para propósitos específicos. Profissionais criteriosos nessa visão, solucionam problemas instrumentais claros, através da aplicação

da teoria e da técnica derivadas de conhecimento sistemático, de preferência científico.

E Schön (2000,p.17) critica essa

formação e explica que:

Os problemas da prática do mundo real não se apresentam, porém, aos profissionais com estruturas bem delineadas. Quase sempre uma situação problemática, apresenta-se como um caso único e assim sendo, transcende as categorias da teoria e da técnica existentes. Se quiser tratá-la de forma competente deve fazê-lo através de um tipo de improvisação, inventando e testando estratégias situacionais que ele próprio, o profissional, produz

Embora se pense que a formação docente deva ter essa natureza e características apontadas por Schon (2000), no Brasil, a questão da formação do professor que atua no ensino superior, na prática, não tem sido nem exigida e nem cuidada.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, passou a exigir que os cursos superiores devam contar com docentes que apresentem pelo menos a titulação de mestre e determinou o prazo de oito anos para que a legislação seja obedecida com total rigor. Mas a formação pedagógica do professor universitário continua a não ser exigida, pois os programas de mestrado se caracterizam pela formação de pesquisador na área específica.

O aperfeiçoamento didático-pedagógico desses docentes e em especial aqueles que atuam na área de saúde, como os odontólogos, não acontece e não é referido a não ser por iniciativas pontuais de alguns profissionais de maior visão em educação. Pela formação profissional na área específica esse professor se caracteriza como um especialista em seu campo de conhecimento; e este inclusive é o critério que pesa em sua seleção e contratação. Não se exige que, necessariamente, esse professor domine a área didático-pedagógica. Assim, nem sempre os professores das distintas disciplinas do curso de graduação em Odontologia revelam a preocupação com os ditames da didática na elaboração de seus planos de aula ou administração dos mesmos e, na participação da elaboração do projeto político-pedagógico do curso em que trabalham cuidam tão somente da obtenção de habilidades e de competências específicas da profissão regulamentada e não das do profissional de ensino..

Carvalho (1996) mostrou que a progressão na carreira docente no âmbito dos

cursos de Odontologia, no Brasil, tem sido avaliada exclusivamente pela produção científica (número de trabalhos publicados em revistas especializadas), ocasionando, assim, o distanciamento dos professores das atividades relacionados com o ensino e que não existe a preocupação com a formação didático-pedagógica desse profissional. Diz este afirmar que, por esta razão os docentes na área de saúde, geralmente, não receberam e não recebem formação adequada a profissionais do ensino.

Assim, com segurança, podemos afirmar que os odontólogos professores têm formação duplamente deficiente, tanto como especialistas (racionalidade técnica) como quanto à docência (não preparo didático). Confirmando o que Schon fala da formação profissional a atividade do odontólogo, como profissional do ensino, tem se caracterizado como a de um técnico especialista que é capaz de aplicar, com rigor, os princípios e regras que derivam do conhecimento científico (racionalidade técnica) na solução dos problemas já conhecido,s sentindo dificuldade em enfrentar problemas novos que exigem criatividade e inovação.

Pérez Gómez (1998) confirma que, no modelo da racionalidade técnica, inevitavelmente acontece a separação do pessoal e do institucional, entre a investigação e a prática. Essa perspectiva pressupõe o modelo empírico que defende a aplicação do conhecimento e do método científico à análise da prática e à construção de regras que regulem a intervenção do professor. Porém, como se viu, o sucesso do professor é dependente de sua capacidade de manusear a complexidade e atender aos problemas práticos, com a integração inteligente e habilidade criativa do conhecimento e da técnica.

Podemos afirmar que o odontólogo-professor encontra dificuldades para ensinar dada a sua formação de racionalidade técnica e à ausência da formação didático-pedagógica tida, comumente, como desnecessária pela crença, divulgada sob a égide de que basta o domínio de um conteúdo específico para transmiti-lo (ensinar é apenas transmitir o saber instituído).

Essas reflexões levam-nos a perceber que o enfoque atual da formação do “professor do ensino das Ciências” (do odontólogo-professor, por exemplo) considera que está diante de uma sociedade em profundas transformações políticas, tecnológicas, éticas e culturais, e que por sua vez exige profissionais competentes nas mais diferentes áreas, com perfis e características totalmente diferenciados, dos que se esperava dos docentes até

então. Exige-se um profissional do ensino reflexivo, crítico, competente no âmbito da sua disciplina, capacitado para exercer a docência, desenvolver atividade docente comprometida com a idéia de dinamizar a aprendizagem dos estudantes e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade em que está inserido e realizar atividade de pesquisa. Não é apenas a formação profissional específica que vale, é, ainda, a racionalidade técnica que vai conseguir esse desejado profissional do ensino.

Tem-se como certo que o professor competente, principalmente, o envolvido com o ensino de ciências (o odontólogo professor) deve conhecer o conteúdo que vai ensinar, a metodologia de pesquisa utilizada na área e a metodologia de ensino desta área específica. Portanto está em processo a mudança da formação profissional: de um professor pesquisador nas disciplinas para um professor pesquisador da didática da ciência. Tal mudança implica a reestruturação das perspectivas de ensino, desenvolvimento de um trabalho de formação continuada capaz de redirecionar o ensino e aprendizagem das ciências e o uso de práticas inovadoras pelas atitudes e valores que fazem emergir uma nova cultura de educação científica.

Sá-Chaves (2000), de suas pesquisas sobre a formação do profissional da saúde, completa que durante muito tempo acreditou-se que a transmissão de conhecimento e sua suposta aquisição por parte dos formandos fosse condição não só necessária, mas também suficiente para constituir um receituário de soluções e prescrever em toda situação-problema no interior de um corpus de conhecimento específico a cada profissão. Afirma que é neste paradigma que uma filosofia de mais destreza e mais técnica se inscreve, mas que obviamente não responde às novas evidências que a reflexão epistemológica exige. Entendemos que a qualidade da formação do professor não é melhorada apenas porque identificamos e ou acrescentamos mais competência a um conjunto já existente, mas, sim se procurarmos mudar radicalmente a abordagem conceitual sobre a formação. Esta questão é crucial e tem relações com os paradigmas que apóiam e controlam as novas convicções quanto à racionalidade que dá sentido e coerência ao conhecimento profissional em cada campo de atuação (SÁ-CHAVES, 2000 p.91).

Essa autora continua afirmando que cada situação-problema exige conhecer-lhe os meandros e as encruzilhadas, desvendar-lhe a complexidade, perceber o seu dinamismo e os seus atores, o matiz que cada qual lhe atribui e acrescenta. Essas ações constituem um

primeiro passo, essencial, à posterior procura de soluções adequadas ao caso. Assim somente após o conhecimento do contexto em que se insere um problema, o profissional poderá recorrer a seus saberes (científicos e técnicos) para uma análise crítica, elencando a que melhor se ajuste para a construção de hipóteses de ação que se aproxime dos níveis de qualidade que todas as situações exigem.

É por esta razão que a meta-competência reflexiva se distingue de cada uma das sub-competências técnicas de aplicação imediatista, redutora e acrítica... E também porque responde, responsabilmente aos porquês de fazer assim e não de outro qualquer modo. E ainda, porque conhece e respeita singularidade de cada caso e procura ser-lhe resposta e remédio, pão e sustento nas palavras que diz, nos olhares com que incendeia o lume tênue da esperança, nos gestos com que se aconchega e aquece o mar de talentos que inunda os espaços de trabalho. (SÁ-CHAVES, 2000 p. 91).

Por fim, completa a autora, quem forma e ensina o profissional para a saúde deve refletir, rever com intenção construtiva, a complexidade dos saberes científicos, em função dos aprendentes e das situações que, nos contextos onde praticam e se inserem, apresentam. Esse profissional reflexivo, em situação, busca os seus saberes, seleciona os que melhor se ajustem à situação presente. Mas, para colocar em prática, o mesmo deverá ter adquirido conhecimentos referenciais e deverá também conhecer as características, não do aprendente, porque a sua função não é só ensinar, mas do paciente, porque a sua função é também contribuir para a sua melhoria; devem, ainda, conhecer os processos de desenvolvimento somáticos, as características cognitivas e emocionais, que são muito instáveis e frágeis em decorrência da situação de doença.

E esta estrutura que será sempre necessária, para que os futuros profissionais, vão construindo, em si, contornos da complexidade das suas práticas, mas, também, o fascínio de as tornar simples em cada ato profissional dedicado, refletido e competente.(SÁ-CHAVES, 2000, p.91).

Esse modelo indagativo de formação é o que propomos e esperamos seja vivenciado pelos odontólogos, enquanto profissionais de saúde e mais ainda enquanto profissionais de ensino. Um profissional assim formado apresentaria condições para participar efetiva e coletivamente da elaboração do projeto político pedagógico que orienta o trabalho na escola e que deve ser articulado em sala de aula pelo professor.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

“Entendemos por metodologia”.

*o caminho do pensamento e a
prática exercida na abordagem
da realidade ““.*

Minayo (1993)

4.1 METODOLOGIA ADOTADA NA PESQUISA.

Esse capítulo trata de explicitar o caminho percorrido e os instrumentos utilizados para alcançar o objetivo proposto por essa pesquisa: analisar a organização curricular do curso de odontologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

Esse grande objetivo se desdobrou nos seguintes objetivos específicos:

1- estabelecer relações entre o currículo ideal pensado para o curso, em instâncias superiores, administração central e o currículo formal elaborado para o curso; a nível local, de escola(universidade).

2- identificar aspectos da elaboração do projeto político pedagógico do curso;

3- Comparar aspectos da organização curricular do curso com as diretrizes curriculares nacionais de graduação em Odontologia do MEC parecer CNE/CES 1300/01, quanto:

- ao perfil do profissional e a concepção de odontologia implícita ou explícita por ele;
- a estruturação curricular apresentada com apoio na indicação dos múltiplos setores (ou áreas) do saber específico apresentada por Lafourcade;
- sobre os docentes do curso.

4.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA.

Esse trabalho constitui-se num estudo descritivo interpretativo das relações entre currículo ideal e o currículo formal do curso.

A pesquisa se centrou no currículo “pré-ativo” do curso de graduação em odontologia da UFMS.

As atividades desenvolvidas para alcançar esses objetivos foram:

- Obtenção, para análise do Projeto Político Pedagógico e Grade Curricular do Curso em estudo, com a coordenação do curso;
- comparação dos perfis do profissional odontológico indicados pelo MEC e o apresentado no projeto político pedagógico do curso;
- análise da estrutura curricular do curso conforme critérios apontados por Lafourcade.

4.3 PROCEDIMENTO DA COLETA DE DADOS

Foi utilizada para análise da organização curricular do curso o Projeto Político Pedagógico, versão preliminar, de agosto de 2002. Foi analisado, portanto, o que Goodson (1999) considera o “currículo pré-ativo” da odontologia da UFMS.

A indicação dos setores do saber da área específica de Lafourcade serviu para a análise da estrutura curricular do curso.

Na análise da organização curricular em seu todo abrangendo:

- Atividades preparatórias, e
- análise da estrutura curricular abrangendo o perfil do profissional, as disciplinas selecionadas e organizadas. Foi utilizada a “Contribuição para a elaboração dos currículos plenos dos cursos de graduação” texto elaborado pela Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos da Universidade Fluminense, de 1988.

4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.

Os dados levantados foram organizados e apresentados de modo descritivo. Para alguns desses dados foram utilizados quadros e um gráfico geral. Uma interpretação dos dados foi também realizada quando se fez a discussão deles.

CAPÍTULO 5 – EXAME DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os dados obtidos foram organizados e estão aqui apresentados na seguinte ordem:

- História do curso de odontologia da UFMS.
- o Projeto Político Pedagógico do curso.
- a organização do curso compreendendo o perfil do profissional e a estrutura curricular.

5.1 HISTÓRIA DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL.

Maymone (1989), um dos grandes articuladores da luta para a implantação de uma faculdade de Odontologia no Mato Grosso, vislumbrou depois de tramitar pelas Comissões da Casa a aprovação do Ante-projeto pelo plenário da Câmara Estadual, pelo Decreto Legislativo nº 484, de 27 de outubro de 1962, estampado no jornal que veiculava na época, O Matogrossense de 05 de novembro de 1962, com o título “O Sonho se Realiza”

No dia 05 de Fevereiro de 1963, por meio da portaria nº 33/63, foi oficializado o grupo destinado a proceder à instalação **da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso**, constituído por : Prof^a. Oliva Enciso; Hércules Maymone; José de Menezes; Aloysio Americano Magiano Pinto- Farmacêuticos e Antônio José Paniago; Mário Cerqueira Caldas; Kalil Rahe Cirurgiões Dentistas.

No dia 25 de Fevereiro de 1963, o grupo de trabalho deu ciência à Prof. Constança de Barros Machado, então diretora do Colégio Estadual Campograndense onde, por ordem do Governador, seria instalada, provisoriamente, a faculdade funcionaria à noite. Em 1964 houve a autorização de funcionamento do curso.

Em Brasília, no dia 04 de Novembro de 1970, o Presidente da República, Gen. Emílio Garrastazu Médici e o Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, assinaram o decreto lei nº 67.484 que autorizava o funcionamento da **Universidade Estadual de Mato Grosso**, na cidade de Campo Grande – Mato Grosso. O então

governador Pedro Pedrossian, enquanto aguardava o decreto que autorizava o funcionamento da Universidade Estadual, em consonância com o que determinava o decreto-lei n° 842, de 09/09/69, resolveu nomear o Primeiro Reitor da Universidade: João Pereira da Rosa, conforme portaria n° 444/70 de 12 de outubro de 1970 a 23 dias após sai a autorização do poder Executivo Federal.

No dia 25 de novembro de 1970, em sessão solene de Instalação, no Restaurante da Cidade Universitária, com a presença do Ministro da Educação Jarbas Passarinho e muitas autoridades foi então instalada a Universidade Estadual de Mato Grosso.

No começo do Governo do Presidente Ernesto Geisel foram traçadas diretrizes de (re) divisão territorial do país que indicavam a fusão dos Estados do Rio de Janeiro com a Guanabara e a Divisão do Estado do Mato Grosso que ocorreu em 1977. A SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste), órgão do Ministério do Interior, foi encarregada dos levantamentos e estudos básicos, incluindo aspectos demográficos, econômicos, administrativos e geográficos, segundo a Orientação do então Ministro Maurício Rangel Reis. No dia 11 de outubro de 1977, às 11 horas e 30 minutos em Brasília foi promulgada a Lei complementar n° 31 incluiu a transformação da Universidade Estadual **em Universidade Federal de Mato Grosso do Sul** (UFMS).

Atualmente há um esforço concentrado

para a reformulação do curso com ajustes às indicações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Odontologia.

A organização curricular vigorou desde a criação do curso até 2002 e seguia as orientações estabelecidas pelo “Currículo Mínimo” do extinto Conselho Federal de Educação.

Em 2002, com as Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação e Conselho de Ensino Superior (CNE/CES) houve um início de reformulação do curso. Foi mesmo elaborada uma versão do Projeto Político Pedagógico do curso de Graduação, considerada preliminar e até então inexistente.

5.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO¹

Conforme a versão preliminar, a elaboração do Projeto não resultou de um trabalho coletivo de participação dos envolvidos no processo. Foi elaborado por uma única pessoa.

Como já foi dito o projeto analisado é já uma primeira reformulação, versão preliminar, que

¹ Vide Anexo 01

buscou atender as exigências da legislação de revisão do curso.

O projeto guarda grande aproximação com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Odontologia expressas na resolução nº CNE/CES 3, de 19/02/02 e Parecer nº CNE/CES 1300/01.

O documento apresenta vários itens analisados a seguir:

5.2.1 Principais atividades desenvolvidas pelo curso

O projeto Político Pedagógico declara que :

O Curso de Odontologia da UFMS, busca atender as recomendações para a implementação das "Diretrizes curriculares", objetiva desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão além de oferecer ao aluno condições para construção do próprio conhecimento, desenvolvimento de suas aptidões, capacidade de comunicação, da liderança e gerenciamento e habilidades técnicas, para formar um profissional generalista, comprometido com a saúde da comunidade, com sua educação continuada visando atualização, e compromisso com a ética e

a cidadania .

Prestar assistência à comunidade através do tratamento clínico e cirúrgico nas Policlínicas do Núcleo de Odontologia e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, no Estágio Extramuro na Mata do Jacinto e na Policlínica de Pacientes Especiais e de Risco (NHU).

5.2.2 Situação e área do curso

O Curso de Odontologia forma profissional generalista, Cirurgião Dentista capaz de diagnosticar, prevenir e tratar as enfermidades que envolvem os tecidos bucais e para bucais, assim como as alterações dentais, enfatizando os aspectos preventivos da boca.

5.2.3 Autorização

O Curso foi implantado no 1º Semestre de 1964 - Autorizado pela Resolução n.º 003/64 - CEE/MT – (Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato grosso)

5.2.4 Reconhecimento pelo CFE

O reconhecimento pelo Conselho federal de Educação é de número: 67.383/70 - DOU de 16/10/70. Universidade Estadual de Mato Grosso, em 1977 – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (com a Divisão territorial do Estado de Mato Grosso).

5.2.5 Avaliações efetuadas pelo MEC - Provão

Nas seis avaliações realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura(provão) obteve consecutivamente o conceito “A”, desde o ano de 1977 até 2003.

5.3 INFRA ESTRUTURA

Vários órgãos auxiliam a formação do odontólogo a saber :

5.3.1 Núcleo de Odontologia (NOD)

O Núcleo de Odontologia (NOD) está situado geograficamente na região norte do campus universitário paralelo ao NHU. Inicialmente foi construída com área de

154m². Policlínica Odontológica, localizada à Rua Y Juca Pirama, hoje Marechal Cândido Mariano Rondon, 269, contendo um amplo salão equipado com oito equipes odontológicas, tipo universitário, estufas para esterilização de materiais, aparelhos de raio-X odontológico, bem como, sala de espera, secretaria e vestiário.

Hoje o Núcleo de Odontologia ocupa uma área de mais ou menos 5.000m², é o órgão responsável pelo desenvolvimento das atividades técnicas e didáticas vinculadas respectivamente ao ensino odontológico e à prestação de serviços à comunidade, envolvendo todas as Policlínicas Odontológicas da UFMS.

5.3.2 Policlínica Odontológica da "Mata do Jacinto".

O Curso de Odontologia conta também com a Clínica Odontológica da "Mata do Jacinto", instalada na Escola Estadual de I e II Graus José Maria Hugo Rodrigues, desde 1992, localizada no Bairro Mata do Jacinto. Esta clínica conta com uma sala clínica composta de oito equipamentos, uma sala de recepção, uma sala de esterilização e uma sala educativa.

Objetivando oferecer condições para que o estudante de Odontologia pudesse conhecer a real necessidade da assistência odontológica, nos campos educativos, preventivo e cirúrgico-restaurador, de uma comunidade, particularmente daquelas que dependem do SUS; buscamos firmar um convênio que proporcionasse ao estudante a oportunidade de desenvolver sua habilidade profissional mais próxima da realidade, saindo do âmbito do campus universitário,

Ficou então constatada a urgência da integração docente-assistencial, como estratégia adequada ao treinamento do futuro profissional capaz de ajustar-se tanto quanto possível à demanda da saúde de cada indivíduo e da comunidade.

5.3.3 Policlínica de Pacientes Especiais e de Risco - Centrinho

O Centrinho teve sua inauguração em julho de 1990 e foi criado com o objetivo de atender pacientes com necessidades especiais de assistência odontológica. Equipado para oferecer assistência a uma clientela específica que merece atenção da UFMS é o único centro de referência no Estado de Mato Grosso do Sul, extrapolando ainda fronteiras. A área do centrinho é de 326 m².

5.3.4 Hospital Odontológico

O Hospital Odontológico com uma arquitetura pavilhonar horizontal construído numa área de 837,2m², localizada paralelo ao centrinho. O Hospital Odontológico não está em atividade, sendo transferido para esta área o Núcleo de Odontologia (NOD) e Departamento de Odontologia (DOD).

5.3.5 Novo Prédio da Odontologia

Localizado geograficamente na área física do Hospital Universitário, com uma área construída de 2.281 m², o complexo policlínico do Núcleo de odontologia abriga 4 clínicas odontológicas (2 com 18 equipamentos e 2 com 12 equipamentos), sendo que a clínica 02 com 12 equipamentos está destinada aos Cursos de Extensão e/ou de Especialização,

laboratório de prótese dental , laboratório de materiais dentários , laboratório de ortodontia, laboratório de dentística , laboratório de radiologia , laboratório de endodontia e periodontia e laboratório de cirurgia buco-maxilo-facial , cada laboratório com capacidade para 32 alunos, Seção de Prótese e Sala de Professores.

5.4 JUSTIFICATIVA, CONCEPÇÃO DO CURSO .

As justificativas apresentadas para a criação e implementação do curso são:

- O Estado de Mato Grosso do Sul, pela sua extensão e localização geográfica no centro do país, é um pólo de desenvolvimento e tornou-se um fator de convergência de alunos de várias regiões do país, especialmente na área de educação e saúde, exercendo atração de estudantes para Campo Grande, como círculo hipotético, com um raio de abrangência que extrapola as fronteiras brasileiras, como Paraguai e Bolívia, de onde se origina grande parte de seus alunos-convênio.
- considerando que há necessidades de profissionais para atender a demanda crescente no Estado, hoje possui uma população de 2 milhões de habitantes e apenas 2014 odontólogos, uma média de 1 mil habitantes para cada profissional e mais de 50% desses profissionais estão concentrados em Campo Grande, e há vários municípios em Mato Grosso do Sul não contam com tais profissionais para assistência mínima necessária.
- até os anos 60 não havia ensino superior na área de saúde em Mato Grosso, a maioria dos mato-grossenses estudavam no Rio de Janeiro e gastavam 60 horas de viagem de Campo Grande ao Rio de Janeiro, por ferrovia/NOB.

E apenas alguns privilegiados tinham condições de fazer essa maratona para realizar seus estudos em outros Centros.

Destacamos a necessidade e a importância do Curso de Odontologia como marco inicial e alavanca propulsora do desenvolvimento dessa região.

5.4.1 Concepção

Quanto à concepção do curso pouca coisa é apresentada :

O Curso de Odontologia tem adotado uma abordagem que envolve em primeiro lugar, o tratamento, o diagnóstico e das necessidades regionais relacionados com a saúde bucal.

5.4.2 Finalidade

Com a finalidade de formar profissionais com sólido conhecimento técnico-científico, capaz de diagnosticar, prevenir e tratar enfermidades, deformidades dos dentes, maxilares, boca e estruturas associadas, enfatizando os aspectos preventivos e sociais, com capacidade e competência para atender as exigências e requerimentos emergentes do mercado de trabalho interno e externo.

5.4.3 Objetivos Gerais

Formar profissional generalista, humanista, com capacidade crítica e reflexiva, com formação técnico-científico, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico, com conhecimentos, habilidades e comportamento que permita decidir e atuar com segurança e propriedade na promoção da saúde da comunidade onde atua, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

O Curso de Odontologia visa formar um profissional com capacidade e competência para atender aos requerimentos emergentes da dinâmica do desenvolvimento humano e social de caráter sustentável; bem como para interagir com a sociedade, com capacidade, liderança, sensibilidade e responsabilidade, para atuar eficientemente em: convênios, clínicas privadas ou não, equipes multidisciplinares, em Saúde Pública com participação em Programas de Saúde da Família (PSF) sempre comprometido com a cidadania.

5.4.4 Objetivos Específicos

O graduando de Odontologia deverá ser orientado sobre o conhecimento básico e um conjunto de ações formativas para o desenvolvimento de atitudes e valores que permita desenvolver as seguintes habilidades:

- Respeitar os princípios éticos e legais inerentes ao exercício profissional;
- realizar exames clínicos, colher material, observar e interpretar dados para a construção do diagnóstico, desenvolvendo raciocínio lógico e análise crítica frente às dúvidas no diagnóstico;
- reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

- identificar em pacientes e em grupos populacionais as doenças e distúrbios e as afecções buco-maxilo-faciais prevalentes e realizar procedimentos adequados para suas investigações, prevenção, tratamento e controle;
- propor e executar planos de tratamentos adequados, desenvolvendo ações de prevenção para promover a saúde bucal e prevenir doenças e distúrbios bucais;
- atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente com extrema produtividade na promoção da saúde baseado na convicção científica, de cidadania e de ética;
- comunicar-se com pacientes, com profissionais da saúde e com a comunidade em geral para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, sensibilizados e comprometidos com o ser humano, respeitando-o e valorizando-o;
- planejar e administrar serviços de saúde coletiva;
- acompanhar, propor e incorporar inovações técnico-científicas (informática, novos materiais, biotecnologia) no exercício da profissão.

Como percebemos há referência aos aspectos biológicos curativos da odontologia e aos aspectos preventivos sociais estão referidos nas finalidades e fica registrado que constituem repetição dos dizeres da Resolução e Parecer como pode ser observado.

5.5 ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE ODONTOLOGIA

A análise da organização do curso abrange o estudo do perfil profissional desejado, os objetivos gerais e específicos e a análise da estrutura curricular do curso.

O Projeto Político Pedagógico define o perfil profissional do seguinte modo: O perfil compreende as habilidades a serem desenvolvidas pelo Curso de Odontologia e que

estarão em consonância com os objetivos propostos, através do desenvolvimento de ações articuladas entre si, para a formação de Profissional Generalista, com sólida formação técnica, científica, humanista e ética, orientada para a promoção e proteção da saúde, com ênfase em saúde pública e prevenção de doenças bucais prevalentes.

O graduando de odontologia, com conhecimento básico e aplicado, deverá ser capaz de desenvolver as seguintes habilidades;

- realizar exames clínicos;
- colher, observar e interpretar dados para construção do diagnóstico;
- identificar as afecções buco-maxilo-faciais prevalentes;
- desenvolver raciocínio lógico e análise crítica;
- propor e executar planos de tratamentos adequados;
- realizar prevenção das doenças bucais e preservação da saúde bucal visando o bem-estar geral do paciente;
- comunicar-se com pacientes, com profissionais da saúde e com a comunidade em geral; planejar e incorporar inovações tecnológicas (informática, novos materiais, biotecnologia) no exercício da profissão.

Esse perfil levou ao estabelecimento dos seguintes objetivos do curso:

5.5.1 Objetivos gerais

Formar profissional generalista, humanista, com capacidade crítica e reflexiva, com formação técnico-científico, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico, com conhecimentos, habilidades e comportamento que permita decidir e atuar com segurança e propriedade na promoção da saúde da comunidade onde atua, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

O Curso de Odontologia visa formar um profissional com capacidade e competência para atender aos requerimentos emergentes da dinâmica do desenvolvimento humano e social de caráter sustentável, bem como para interagir com a sociedade, com capacidade, liderança, sensibilidade e responsabilidade, para atuar eficientemente em:

convênios, clínicas privadas ou não, equipes multidisciplinares, em Saúde Pública com participação em Programas de Saúde da Família (PSF), sempre comprometido com a cidadania.

5.5.2 Objetivos específicos

O graduando de Odontologia deverá ser orientado com conhecimento básico e com um conjunto de ações formativas para o desenvolvimento de atitudes e valores que permita desenvolver as seguintes habilidades:

- Respeitar os princípios éticos e legais inerentes ao exercício profissional;
- realizar exames clínicos, colher material, observar e interpretar dados para a construção do diagnóstico, desenvolvendo raciocínio lógico e análise crítica frente às dúvidas no diagnóstico;
- reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- identificar em pacientes e em grupos populacionais as doenças e distúrbios e as afecções buco-maxilo-faciais prevalentes e realizar procedimentos adequados para suas investigações, prevenção, tratamento e controle;
- propor e executar planos de tratamento adequados, desenvolvendo ações de prevenção para promover a saúde bucal e prevenir doenças e distúrbios bucais;
- atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente com extrema produtividade na promoção da saúde baseado na convicção científica, de cidadania e de ética;
- comunicar-se com pacientes, com profissionais da saúde e com a comunidade em geral para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, sensibilizados e comprometidos com o ser humano, respeitando-o e valorizando-o;

- planejar e administrar serviços de saúde coletiva;
- acompanhar, propor e incorporar inovações técnico-científicas(informática, novos materiais, biotecnologia) no exercício da profissão.

5.6 ANÁLISE DA ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA UFMS, SEGUNDO LAFOURCADE

As disciplinas constantes do currículo desse curso de Odontologia, foram abalizadas e organizados de acordo com os setores apresentados por Lafourcade:

Quadro 1- Disciplinas do setor de Formação Político- Social

A porcentagem acima apresentada é pequena para quem pretende que seja formação em ciência aplicada, a não ser que todas as disciplinas tivessem essa preocupação, complementando.

Zabala(2002,p.47) afirma que “ a falsa tensão entre humanismo e tecnologia, entre teoria e prática, entre ciências ou letras nada mais é do que consequência de um conflito ideológico entre a função social que o ensino deve cumprir.”: forma para compreender a realidade e intervir nela, o que implica ter de ensinar para a complexidade ou para as demandas do mundo produtivo

Quadro 2- Disciplinas do setor de
Formação Geral

As disciplinas constantes no quadro acima e suas cargas horárias são consideradas suficientes, pois os mesmos serão abordadas durante todo o curso.

Quadro 3- Disciplinas do setor de Formação Específica Básica

DISCIPLINAS		
Anatomia odontológica		
Histologia Bucodental		
Cariologia		
Patologia Bucodental		
Deontologia e Odontologia Legal		
Clínica de estomatologia e		

radiologia		
Dentística de laboratório		
Materiais dentários e Prótese de laboratório		
Total		

O quadro acima é bom e satisfatório para proporcionar a preparação fundamental que define o conhecimento e as ações que caracterizam o exercício da profissão.

Quadro 4- Disciplinas do setor de Formação metodológica instrumental

DISCIPLINAS		
--------------------	--	--

Bioestatística		
Introdução à Odontologia		
Orientação profissional		
Dentística de laboratório		
Materiais Dentários e Prótese de Laboratório		
Introdução à Metodologia Científica		
Total		

Algumas disciplinas tais como Dentística de Laboratório, Materiais Dentários e Prótese de laboratório, também foram destacados nesse quadro, por apresentarem conteúdos que oferecem recursos e instrumentos para explorar com maior eficácia o campo da profissão.

Entendemos que para a finalidade

destinada, a carga horária apresentada seja suficiente

Quadro 5– Disciplinas do setor de Formação Prática

DISCIPLINAS		
Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo - Facial I, II e III		
Clínica de Estomatologia e Radiologia II		
Dentística Restauradora		
Odontologia em Saúde Coletiva		
Prótese Fixa e Oclusão		
Prótese Total e Parcial Removível		

Estágio Supervisionado em clínica de atendimento à pacientes especiais e de risco		
Est. Superv. Em Clínica de Odontologia em Saúde Coletiva		
Est. Superv. em Clínica Integrada		
Total		

O quadro acima apresenta o número elevado de carga horária comparando com demais setores, o mesmo inclui práticas variadas das disciplinas e entendemos que se faz necessária para o curso em questão. Porém, esse quadro contempla também o estágio supervisionado apresentando apenas 368 horas, que com base no art. N.7 da Resolução CNE/CES 3, é insuficiente.

Quadro 6- Disciplinas do setor de Formação Específica Orientada

DIS CIP LIN AS		
-----------------------------------	--	--

Implantologia Oral		
Odontopediatria		
Endodontia		
Periodontia		
Ortodontia		
Total		

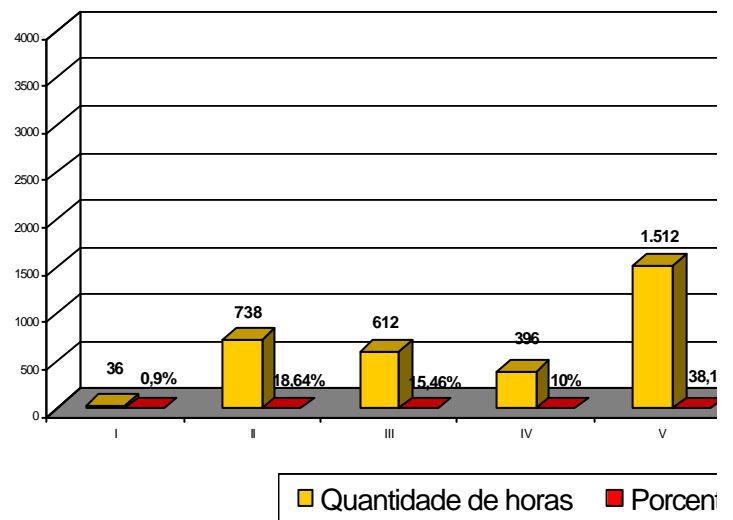
A formação específica apresentada parece ser suficiente.

Já que trata de aprofundamento e

enriquecimento de temas ou atender a um tema emergente. Um quadro geral, a seguir, apresenta a síntese dos setores estudados conforme Lafourcade.

Quadro 7 – Quadro geral dos setores do saber específico da Odontologia, segundo a análise dos setores de Lafourcade.

Gráfico 1- Representação gráfica do Quadro 7



Percebemos que a estrutura curricular do curso de Odontologia da UFMS, que vigora desde o ano 2002, procura atender ao que determina o art. 6º da nova LDB, que define os conteúdos essenciais para o curso de Graduação relacionados com todo o processo de saúde e doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional. O currículo contempla conteúdos de dois campos de conhecimentos, científico e social: especificados em três conjunto de saberes:

I- Ciências Biológicas e da Saúde – conteúdos (teóricos e práticos) de base molecular e celular dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados às situações decorrentes do processo Saúde-doença no desenvolvimento da prática assistencial de odontologia .

II- Ciências Humanas e Sociais - conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, visando contribuir para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença.

III- Ciências odontológicas – incluem-se conteúdos (teóricos e práticos) de: **Propedêutica clínica**, onde serão ministrados conhecimentos de patologia bucal, semiologia e radiologia.

Clínica Odontológica, onde serão ministrada conhecimentos de materiais dentários, oclusão, dentística, endodontia, periodontia, prótese, implantodontia, cirurgia e traumatologia buco-

maxilo-faciais.

Odontologia pediátrica, onde serão ministrados conhecimentos de patologia, clínica odontopediátrica e de medidas ortodônticas preventivas.

Vemos, portanto, que a estrutura curricular apresenta disciplinas indicadas pelo Parecer e pela Resolução referente ao curso.

CAPITULO 6 – EXAME DOS DADOS

O art. Nº 9 da Resolução CNE/CES 3, de 19/02/02, orienta que o curso de Graduação em Odontologia deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino - aprendizagem .

Observamos que não há referência no documento de como foi definido o perfil do egresso formado, com participação ou não dos professores, alunos e outros envolvidos no curso.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Odontologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresenta como perfil do egresso, a formação do profissional generalista com sólida formação técnica e científica, humanista e ética, orientada para promoção e proteção da saúde, com ênfase em saúde pública e prevenção de doenças bucais prevalentes, não contempla com ênfase a formação crítica e reflexiva para dirigir a sua atuação para transformação da realidade em benefício da população, pois mesmo no contexto onde insere a Universidade embora exista o trabalho preventivo, ainda é evidente a prevalência de cárie e doenças periodontais.

Vemos a semelhança entre a proposta da escola e a indicação constante da Resolução nº CNE/CES 3 e Parecer nº 1300/01.

O perfil apresentado é abrangente pois, tenta cobrir aspectos variados da formação com conhecimentos e compreensão, habilidades e atitudes necessários ao profissional competente, mas percebemos que a preocupação com a “racionalidade técnica” condenada por SCHON e outros estudiosos está implícita quando atribui ao egresso:

O graduando de odontologia estará estruturado com conhecimento básico e aplicado e deverá ser capaz de desenvolver as seguintes habilidades;

- realizar exames clínicos;
- colher, observar e interpretar dados para construção do diagnóstico;
- identificar as afecções buco-maxilo-faciais prevalentes;
- desenvolver raciocínio lógico e análise crítica;
- propor e executar planos de tratamentos adequados;
- realizar prevenção das doenças bucais e preservação da saúde bucal visando o bem-estar geral do paciente;
- comunicar-se com pacientes, com profissionais da saúde e com a comunidade em geral; planejar e incorporar inovações tecnológicas (informática, novos materiais, biotecnologia) no exercício da profissão,

Da análise do perfil e dos objetivos expressos verificamos que a intenção é formar o profissional generalista voltado para a prevenção e necessidade da comunidade, ou seja, vivenciar uma odontologia como ciência social aplicada (Dawson) e não como prática apenas curativa, com aspectos apenas biológico como indicava Flexner.

O processo de desenvolvimento para a formação político-social é destinado apenas 36 horas, significando apenas 0,9% do total da carga horária. Questionamos se são suficientes para orientar e estimular a capacidade crítica e reflexiva, para permitir que vislumbre o futuro com raciocínio lógico e coerente e transformar a realidade vivida.

Tendo em vista esse panorama, buscamos nos estudos feitos por (CARVALHO, 1998), e encontramos, a informação de que a formação social ou humanística e ética, será adquirida não apenas através do oferecimento de disciplinas de cunho social, mas também, através de conteúdo programático das demais disciplinas, uma vez que obviamente inclui estes aspectos. Desta

maneira, a consciência social, humanismo, ética, prevenção, cidadania serão abordagens distribuídas em todas as disciplinas, por ser de responsabilidade de todos educadores e no mesmo documento encontramos também o mesmo autor, afirmando que os docentes de ensino superior geralmente não receberam uma formação pedagógica adequada e como decorrência apresentam dificuldades no exercício dessa atividade que requer uma abordagem múltipla e complexa do processo ensino-aprendizagem.

Estudos precisam ser feitos a respeito deste teor pois, embora seja de responsabilidade de todos os educadores da área, esses educadores parecem não ter o conhecimento necessário para tal empreendimento e tudo indica que a formação que tiveram se caracteriza pela ênfase aos aspectos biológicos da profissão, sendo a ênfase aos aspectos sociais bastante recente. Igualmente, muitos docentes não são contratados em regime de dedicação exclusiva, permanecendo na instituição apenas durante as atividades de aula o que lhes tira a possibilidade de melhor relacionamento entre si, na perspectiva dos objetivos a serem alcançados em e por atividades coletivas. Assim, a própria interdisciplinaridade tão necessária e desejada fica prejudicada do mesmo modo que a equalização de objetivos, conteúdos e material didático em razão da formação social tão essencial à profissão.

A formação específica orientada apresentada na estrutura curricular com apenas 16,82 % da carga horária total parece ser suficiente, mas dada a importância que este setor representa para a formação profissional, disciplinas de complementação de estudos e prática de aprofundamento de um tema dada a sua especial importância no campo ocupacional, de atendimento a problemas emergentes surgidos no campo da odontologia ou de adequação do curso às exigências regionais devem ser previstas.

Chama atenção o número elevado da porcentagem no setor V – Formação prática em comparação os demais setores. Porém essa porcentagem (38,18%) inclui práticas variadas das disciplinas como (Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial, Clínica de Estomatologia e Radiologia, Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Fixa, Odontologia em Saúde Coletiva, Prótese Total e Parcial), além do estágio curricular que no curso é praticado no último semestre com a carga horária de 368 horas. Com base no art nº 7 da Resolução CNE/CES 3, de 19/02/02, é insuficiente. Diz o artigo:

A formação do Cirurgião Dentista deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente. Este estágio deverá ser desenvolvido de forma articulada e complexidade crescente ao longo do processo de formação. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% da carga horária total do Curso de Graduação em Odontologia proposto.

Essa dificuldade é reconhecida pela coordenação do curso quando em e-mail que acompanhou o envio do Projeto Político Pedagógico afirma que:

“Beatriz, estou enviando o Projeto Pedagógico do Curso de odontologia, conforme vc solicitou. Espero que seja o que vc

precisa. Quero te dizer que estamos formando uma comissão para rever esse projeto, já que algumas mudanças precisarão ser implementadas para cumprir as determinações da Nova LDB, principalmente a questão dos 20% do currículo destinado para estágios supervisionados, que nesse caso deverá ser de mais ou menos 800 horas e atualmente contamos somente com +ou- 400hs”.

Saudações

Prof. Elizeu

Ao compararmos essa porcentagem da formação prática com a formação específica básica percebemos um descompasso, um desequilíbrio que inferioriza a formação teórica. Basta verificar: 15,46%- formação específica básica e 38,18 % - formação prática. Convém lembrar Schön (2000) quando afirma:

Não apenas a questão do relacionamento entre a prática competente e conhecimento profissional precisa ser posta de cabeça para baixo. No terreno da prática profissional, a ciência aplicada e a técnica baseada na pesquisa ocupam um território criticamente importante, ainda que limitado, que faz fronteira em muitos lados como o talento artístico. Há uma arte de sistematização de problemas, uma arte de implementação e uma arte da improvisação- todas necessárias para mediar o uso, na prática, da ciência aplicada e da técnica (SCHON, 2000 p. 22).

Ou como foi dito por Lopes e Macedo (2002) “[...] propõe-se uma inversão da polarização moderna, entre teoria e prática, passando-se a compreender o espaço prático como aquele em que a teoria é tecida.”

Assim, a necessidade de um equilíbrio entre os setores do curso parece se evidenciar. A carga horária que reza a Resolução deve ser de 4.500h e a que é apresentada pelo curso é de somente 3.960h. poderia vir a ser contemplada para que houvesse a busca de equilíbrio, principalmente com um possível reforço para os setores I, III e VI.

Percebemos, finalmente que a estrutura curricular da odontologia da UFMS, tem como fundamento o paradigma técnico-linear dada a não preocupação com as flexibilidades e diversidades curriculares, pelas quais cada aluno constrói o seu currículo; com a recursividade pela retomada e reformulação em espiral de temas e conceitos, com caráter de riqueza do currículo quando se apresenta aberto e experimental de relações o aspecto relacional, na busca intencional de relações e conexões alternativos que superam a freqüente fragmentação de conhecimentos.

A análise do currículo faz perceber uma tentativa de aproximação do exigido pela administração central mas a forma, não coletiva de planejar o projeto político pedagógico da escola marca não atendimento a algo que a própria legislação tem como importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o problema objeto da pesquisa, os objetivos fixados para ela , a partir desse problema e as análises feitas em relação ao currículo do curso de Odontologia da UFMS chegamos às constatações que poderão inclusive orientar uma revisão curricular, se se desejar.

Tais constatações podem ser sintetizadas:

- O alcance dos objetivos de um curso depende da definição precisa e operacionalizada do perfil do profissional a ser formado, da seleção, organização e articulação adequadas dos conteúdos de ensino em razão desse perfil.
- O trabalho coletivo na escola há que ser uma prática valorizada e constantemente vivenciada pelos professores que devem compor um grupo orgânico, capaz de trabalhar em equipe, eficiente, com respeito, confiança e genuína afetividade entre eles.
- O corpo docente deve adquirir consciência de seu papel como elemento essencial de um processo de melhoria de qualidade de vida de todos, não só sua ou de seus estudantes, como da Universidade e da sociedade. Esforços e atividades devem ser programadas nessa direção.
- Os docentes devem perceber a necessidade da formação didático-pedagógica buscando conhecimentos e habilidades específicas ao tema currículo, teoria e elaboração .
- O grupo de professores deve assumir a própria formação e providenciar atividades para se desenvolver profissionalmente quanto aos aspectos acadêmico e didático. Esse desenvolvimento profissional é obrigatório pessoal e coletiva.
- Estudos e trocas de experiências bem como atividades comuns, pesquisas interdisciplinares ajudam a superar a interdisciplinaridade.
- Num esforço coletivo cada professor precisa perceber a função de sua disciplina no curso, qual a contribuição que ela oferece à formação do profissional.
- Todo professor precisa comunicar à classe, com muita freqüência, essa função da disciplina no curso

- Aprender a conhecer o curso na sua totalidade percebendo os setores de conhecimentos (Lafourcade) que apresentam e o papel que jogam para alcançar os objetivos, do perfil do profissional que se espera formar.
- A odontologia já superou a fase artesanal, arte de restaurar dentes, passando por uma odontologia Flexneriana, com ênfase curativa, e excessiva preocupação na fundamentação da pesquisa biológica para as práticas. O profissional da área, é chamado à uma visão holística, voltada para prevenção de cárie e doenças periodontais e em especial, cuidados para a terceira idade, haja vista, o aumento da vida média do brasileiro.
- O projeto político pedagógico pelas definições ou declarações que constam do perfil do profissional, objetivos e organização das disciplinas deve trazer explícitos e não implícita a concepção de Odontologia hoje defendida como ciência social aplicada.
- Os alunos são elementos essenciais na elaboração do projeto pedagógico. Sua participação ajuda a ter visão mais realista do curso permitindo perceber falhas e acertos.
- O registro dos egressos nas suas atividades profissionais é algo que a escola deve manter atualizada. Tais registros indicam, também, umas a serem seguidos ou abandonados.
- A superação da visão técnica, exclusiva ou predominante, na formação do profissional deve levar à percepção do currículo em outras dimensões: a cognitiva, a técnica, a política, a afetiva e a ética.

A análise da organização curricular do curso de Odontologia da UFMS, nos leva a refletir a respeito do diz Zabala (2002,p.49): “Quando se reflete sobre a melhor forma de organizar os conteúdos de aprendizagem, os únicos critérios que aparecem de maneira lógica são os mesmos utilizados para sua seleção. A realidade de nossa história como alunos e como educadores, nossa maneira de ver profissionalmente as demais pessoas, a própria forma de nos acercarmos da realidade, estão determinadas pela parcialização do saber. Consideramos as demais pessoas como especialistas, imaginamos a resposta para as necessidades pessoais e sociais a partir da gestão realizadas por especialistas em matérias. Todos somos referenciais culturais ou epistemológicos então mediados por uma

estruturação do saber fragmentado em múltiplas disciplinas.”

Seria talvez, momento conveniente, para refletir e tentar novas formas de organização curricular como PBL(currículo por problemas) ou organização por temas integradores, bastante flexíveis.

Por último, convém atentar para José Moram (2003) quando diz que “aprender satisfatoriamente, com qualidade, envolve fatores como: ter interesse, motivação clara, hábitos favoráveis de aprendizagem e sentir prazer no que se estuda e na forma de fazê-lo. Salientando que além de docentes tecnicamente bem preparados e com boas condições de trabalho, e que levem um projeto inovador e apoiado tecnologicamente, é necessária uma relação afetiva entre professores e alunos que permita conhecê-los, acompanhá-los e orientá-los e que para se ter uma projeto pedagógico completo, com chances reais de sucesso, há que se ter alunos motivados, preparados intelectual e emocionalmente, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal.

REFERÊNCIAS

BOTAZZO, C; FREITAS, S.F.T. *Ciências Sociais e Saúde Bucal: Questões e Perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp – 1998 229 p.

CACHAPUZ, A F. *Investigação em didáctica das ciências em Portugal: um balanço crítico*. In: PIMENTA, S. G. *Didática e Formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal*. Portugal, 1997.

CARVALHO, A C. P. *Diretrizes Curriculares e Projeto Pedagógico para o Curso de Odontologia*. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior (NUPES). Universidade de São Paulo: USP, 1998

_____. *Formação do Cirurgião Dentista – Ensino e Profissionalização*. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior (NUPES). Universidade de São Paulo:USP, 1996;

_____. *O ensino e o exercício da Odontologia na alta noroeste do Estado de São Paulo*. Universidade de São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior (NUPES), 1995.

_____. *Panorama sobre o ensino e a Prática da Odontologia no Estado de São Paulo*. Universidade de São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior (NUPES). 1994.

CORINTA, Maria Grisolia Geraldi. *Pró-posições*. vol 5, n.3, [15], novembro de 1994.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA. Resolução CNE/CES n° 3, DE 19 de fevereiro de 2002.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA, Parecer nº CNE/CES 1300/01 – 06/11/01

DOLL JR, W.E. *Currículo: Uma perspectiva pós-moderna*. Porto Alegre: Artes N 1997.

_____. *Currículo: uma fenomenologia do currículo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMEZ, P. A função e formação do professor/a no ensino para compreensão: diferentes perspectivas *In: SACRISTAN,G.J; GOMEZA.I. PEREZ. Compreender e transformar o Ensino*. Porto Alegre. Artes Médicas, 1998.

GOODE, W. J. e HATT, P. K. Métodos em pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GOODSON, I.F., *Currículo: Teoria e História*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

IMBERNÓN, F. Formação docente e Profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza. *In: Coleção Questões da Nossa Época*. 3º ed. vol. 77. São Paulo-SP: Cortez; 2002 ().

LAFOURCADE, P.D. *Planeyamiento, Conduccioón y Evaluación – En la Enseñanza Superior*. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1974

LOPES, A.C.; MACEDO, E.(Orgs.). *Currículo: debates contemporâneos*. *In: Série, cultura, memória e currículo*. vol.2, São Paulo: Cortez, 2002 .

LÜDKE,M; ANDRÉ,M.E.D. *Pesquisa em Educação; abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986

MINAYO, M.C.S. *Pesquisa social – Teoria, Método e Criatividade*. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986

PERRENOUD, P. *Práticas Pedagógicas, Profissão docente e Formação: Perspectivas sociológicas*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PIMENTA, S.G (org) . *Saberes Pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez,

1999.

PONTECORVO, C. Teoria do Currículo e Sistema Italiano de Ensino. In: MARAGLIANO, R. et al *Teoria da Didática*. São Paulo: Cortez, 1993 - p.37-71

SÁ-CHAVES, I. *Formação, Conhecimento e Supervisão*. Portugal: Universidade de Aveiro, 2000

SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1998

SCHNITMAN, D.F. *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

SCHON, D.A.. *Educando o profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, T.J. da. *Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, T.T. *Teorias do currículo: uma introdução crítica*. São Paulo: Autêntica, 1999.

SPERB, D. C. *Problemas gerais de currículo*. Porto Alegre: Globo, 1964

STAKE, R. *Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Texto apresentado no seminário de avaliação de currículo. Universidade Federal do Espírito Santo, agosto, 1983.

TABA, H. *Elaboracion del currículo*. 2. ed. Bueno Aires: Troquel, 1976

TYLER, R.W. *Princípios básicos de currículo e ensino*. Porto Alegre: Globo 1979

UNESCO/ER/151. *Improvement of school curriculum, report of the first session of the international advisory committee on the school curriculum*. Paris, march, 1957, p. 5.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Contribuição para a elaboração dos currículos plenos dos cursos de graduação*. Rio de Janeiro, 1998

VEIGA, I.P. A, *Projeto Político Pedagógico da Escola – Uma construção possível*.

Campinas: Papirus, 1995

ZABALA, A. *Enfoque globalizado e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. In RODRIGO J.M., *A construção do Conhecimento Escolar*, Domínios do Conhecimento, prática educativa e formação de professores, Editora Àtica, São Paulo-SP, 1997

ZEICHNER, M.K. *A Formação reflexiva de professores: idéias e práticas*. Lisboa: 1993.

